

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ÉDINA HELENA DE MORAIS FERRACIOLI

**RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO COLETIVO NO POLO CALÇADISTA DE FRANCA S/P**

**FRANCA
2016**

ÉDINA HELENA DE MORAIS FERRACIOLI

**RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO COLETIVO NO POLO CALÇADISTA DE FRANCA S/P**

Dissertação apresentada a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Trabalho e Sociedade.

**Orientador: Prof. Dr. Agnaldo de Sousa
Barbosa**

**FRANCA
2016**

Ferracioli, Édina Helena de Moraes.

Relações de produção e possibilidades de organização do trabalho coletivo no polo calçadista de Franca/SP / Édina Helena de Moraes Ferracioli. – Franca : [s.n.], 2016.

103 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Agnaldo de Sousa Barbosa

1. Calçados - Indústria. 2. Pequenas e médias empresas.
3. Economia solidária. I. Título.

CDD – 362.85

ÉDINA HELENA DE MORAIS FERRACIOLI

**RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO
TRABALHO COLETIVO NO POLO CALÇADISTA DE FRANCA S/P**

**Dissertação apresentada a Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito
para obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração:
Trabalho e Sociedade.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa

1º Examinador: _____

2º Examinador: _____

Franca, ____ de _____ de 2016.

Dedico

*À Maria das Graças de Moraes, irmã,
madrinha, anjo que me coloca nos braços e
protege. Grata pelo carinho, compreensão e
apoio financeiro, sem o qual não teria
conseguido terminar este trabalho.
Te amo imensamente.*

AGRADECIMENTOS

O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso, existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.
(Fernando Pessoa)

Agradeço a **Deus**, minha fortaleza em todos os momentos da caminhada e ao **Sagrado Coração de Maria**, mãe de Deus e Nossa.

Aos meus filhos, Caroline, pelo apoio em todos os momentos da vida; e que mesmo à distância, me tranquiliza o coração, com apoio e carinho, Eduardo pela colaboração ativa e pela atenção imprescindível para a concretização deste trabalho. Maria Clara companheira e até confidente, com seus sorrisos me alegra a vida. Grata por viverem comigo nos momentos de angústia e alegrias que envolveram a realização deste trabalho.

Aos meus irmãos, **Vanderley**, **Sirley**, e **Marley** companheira de atividades acadêmicas, pelo estímulo constante.

Ao orientador, **Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa**, pela fundamental contribuição e ensinamentos, por acreditar neste trabalho e na minha capacidade de realiza-lo; pelo incentivo nos momentos de dúvidas e angustias; por me ajudar a ampliar os conhecimentos teóricos, por sua permanente solicitude e parceria; e, principalmente, por ser um exemplo de profissional e humano.

Ao **Stefano**, que me auxiliou na formatação desse trabalho e principalmente pelas palavras de incentivo.

Ao **Mauro**, uma das pessoas mais especiais, que eu o chamo de meu “anjo”, sempre solícito, companheiro.

À **Laura** (bibliotecária), que sempre me acolheu com carinho, amizade, disponibilidade e profissionalismo.

À **Denise**, pela colaboração fundamental no preenchimento da Plataforma Brasil.

A **todos** meus amigos de mestrado, que embora não os possa nomear (e foram muitos) me presentearam com seu inestimável apoio em distintos momentos.

Ao **Corpo docente e funcionários** do Departamento de Serviço Social e Seção de Pós-Graduação da UNESP em geral.

Operário em construção

(Vinícius de Moraes)

Mas ele desconhecia
Esse fato extraordinário:
Que o operário faz a coisa E a coisa faz o operário.
De forma que, certo dia
À mesa, ao cortar o pão
O operário foi tomado
De uma súbita emoção
Ao constatar assombrado
Que tudo naquela mesa
- Garrafa, prato, facão – Era ele quem os fazia
Ele, um humilde operário,
Um operário em construção.
Olhou em torno; gamela
Banco, enxerga, caldeirão Vidro, parede, janela
Casa, cidade, nação!
Tudo, tudo o que existia Era ele quem o fazia
Ele, um humilde operário
Um operário que sabia
Exercer a profissão.
Ah, homens de pensamento
Não sabereis nunca o quanto
Aquele humilde operário
Soube naquele momento!
Naquela casa vazia
Que ele mesmo levantara
Um mundo novo nascia
De que sequer suspeitava
O operário emocionado
Olhou sua própria mão
Sua rude mão de operário
De operário em construção
E olhando bem para ela
Teve um segundo a impressão
De que não havia no mundo
Coisa que fosse mais bela.

FERRACIOLI, Édina Helena de Moraes. **Relações de produção e possibilidades de organização do trabalho coletivo no polo calçadista de Franca S/P**. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca, 2016.

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo verificar como o processo de reestruturação produtiva, em curso desde as duas décadas finais do século XX, impacta na indústria de calçados de Franca/SP. O contexto estudado é o da globalização, fator explicativo expressivo dos processos econômicos, sociais, políticos e culturais da sociedade contemporânea, acentuando o declínio das políticas públicas e a precarização do trabalho. Em âmbito local ocasionou a fragmentação do tecido empresarial (que reflete na "explosão" no número de microempresas e terceirizados) e provocou crises crônicas no que diz respeito ao emprego. Diante desse quadro, pretende-se vislumbrar as possibilidades abertas nesse ramo produtivo à perspectiva de uma Economia Solidária, que possa contribuir para que não haja um isolamento dos pequenos produtores na produção deste setor, mas uma economia de cooperação. Com isso, busca-se analisar caminhos possíveis na construção de estratégias de desenvolvimento que possam dirimir o impacto social negativo da dinâmica de reestruturação produtiva, a partir da organização dos atores envolvidos. A consecução de tal objetivo será buscado através de pesquisa qualitativa. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica com a intencionalidade de construir embasamento teórico-metodológico na literatura que trata do tema; utilizou-se de questionário semiestruturado com 2 trabalhadores terceirizados, com um vereador e com o diretor de Indústria, Comércio e Serviços da Prefeitura Municipal de Franca.

Palavras-chave: indústria calçadista. reestruturação produtiva. trabalhadores terceirizados. economia solidária.

FERRACIOLI, Édina Helena de Moraes. **Production relations and the possible organization of collective work in the footwear pole of Franca S/P.** 2016. 103 p. Dissertation (Master Degree in Social Work) – College of Humanities and Social Sciences, São Paulo State University “Júlio de Mesquita Filho”, Franca 2016

ABSTRACT

This research aims to verify how the restructuring process, ongoing since the final two decades of the twentieth century, impacts in the shoe Franca / SP industry. The study context is that of globalization, significant explanatory factor of economic processes, social, political and cultural aspects of contemporary society, accentuating the decline of public policies and job insecurity. At the local level led to the fragmentation of the business (which reflects the "explosion" in the number of micro and outsourced) and caused chronic crises with regard to employment. Given this situation, we intend to glimpse the possibilities opened up this productive branch to the prospect of a Solidarity Economy, which may contribute to that there is no isolation of small farmers in the production of this sector, but a cooperative economy. Thus, it seeks to analyze possible ways to build development strategies that will overcome the negative social impact of the dynamics of productive restructuring, from the political and social organization of the actors involved. Achieving this goal will be pursued through qualitative research. For this, we conducted literature and theoretical and methodological basis in the literature on the subject; we used a semi-structured questionnaire with two contract workers, with the alderman and the director of Industry, Commerce and Services of Franca City Hall.

Keywords: industry footwear. productive restructuring. outsourced workers. solidarity economy.

LISTA DE SIGLAS

APLs	Arranjos Produtivos Locais
CONAES	Conferência Nacional de Economia Solidária
ES	Economia Solidária
FBES	Fórum Brasileiro de Economia Solidária
FSM	Fórum Social Mundial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SINDIFRANCA	Sindicato das Indústrias de Calçados de Franca
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
 CAPÍTULO 1 PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: AS TRANSFORMAÇÕES DECORRENTES NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A NOVA DINÂMICA DO TERRITÓRIO	17
1.1 Trabalho e reestruturação produtiva: o modo de produção e o processo do trabalho.....	18
1.2 A crise estrutural do capitalismo	19
1.3 Maneiras da organização do trabalho no fordismo.....	22
1.4 A crise do fordismo e o surgimento do toyotismo.....	24
1.5 Artimanhas do capital diante de sua crise estrutural: o “novo” modelo de produção toyotista.....	28
1.6 Impactos do regime de reestruturação produtiva: a vida sem o trabalho e o trabalho no centro da vida	34
1.7 As relações sociais no contexto da reestruturação: o trabalho como centralidade.....	35
1.8 <i>Welfare State</i> : regulação e intervenção do Bem-Estar Social.....	38
1.9 Programática neoliberal em consenso com a acumulação capitalista	41
 CAPÍTULO 2 IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA DE CALÇADOS: EXPLICITANDO AS MUDANÇAS NA ORGANIZAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO	45
2.1 Novas formas do processo de produção na reestruturação do capitalismo: terceirização	46
2.2 Impacto da reestruturação produtiva: intensificação do trabalho nas indústrias calçadistas.....	48
2.3 Unidades produtivas: o trabalho em domicílio e nas bancas	51
2.4 Etapas da produção do calçado	59
2.5 Do mundo do trabalho na terceirização à possibilidade de relações de solidariedade.....	64

CAPÍTULO 3 ORGANIZAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO NO SETOR CALÇADISTA DE FRANCA-SP	68
3.1 As dimensões da economia solidária: pensando a pertinência dessa estratégia de desenvolvimento.....	69
3.2 A importância da economia solidária frente à reestruturação capitalista....	74
3.3 Desafios e estratégias para a estruturação de um novo modelo de trabalho coletivo nas indústrias de calçados de Franca-SP	76
3.4 Territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS.....	88
APÊNDICES	
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO 1	97
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 2	99
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO 3	101
APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (1).....	102
APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (2).....	103

INTRODUÇÃO

Aprender a pesquisar mudará seu modo de pensar, ensinando-lhe mais maneiras de pensar. Você será diferente depois de ter pesquisado, porque será mais livre para escolher quem quer ser.
(Wayne C. Booth)

A presente pesquisa tem o intuito de investigar os efeitos do processo de reestruturação produtiva e seu impacto no polo industrial calçadista do município de Franca S/P. Em traços gerais, no setor calçadista francano, foco da pesquisa, o trabalho terceirizado, domiciliar e de bancas são presentes ao longo da trajetória histórica desse ramo produtivo na economia brasileira.

A cadeia coureiro calçadista do município de Franca/SP, situa-se na região nordeste do estado de São Paulo, a 400 km da capital. Possui população estimada em 2016 de 344.704 mil habitantes, densidade demográfica de 526,09 hab/km² e área de 605,681 km² (IBGE, 2016). É o maior polo produtor de sapatos masculinos do Brasil, com um volume pouco superior a 25,9 milhões pares em 2009 – equivalente a 3,2% da produção nacional de calçados. Porém, se considerarmos exclusivamente os calçados de couro, este percentual sobe para 9,3% do total da produção nacional, uma vez que esta linha é a principal vocação do referido polo industrial. Em valores monetários, o setor coureiro-calçadista local produziu em 2009 R\$ 1,2 bilhão, o qual é equivalente a 0,17% do valor da receita líquida da indústria de transformação paulista.

Os empregos gerados pelo setor produtor de calçado somaram 32,3 mil postos de trabalho em 2009 – ou o equivalente a 1,24% do total dos trabalhadores alocados na produção do estado, o que demonstra que além da sua grande relevância econômica o setor possui forte impacto social. Seu parque industrial apresenta 1.015 indústrias cadastradas no Sindicato da Indústria Calçadista de Franca.

No que diz respeito à classificação das indústrias do polo segundo seu porte, verifica-se que: 60,9% (639) delas são de porte micro (de 1 a 19 empregados); 30,3% (296) de pequeno porte (20 a 99 empregados); 7,9% (74) são de médio porte (100 a 499 empregados) e 0,8% (6) de grande porte (500 ou mais empregados). Destaca-se o fato de que as micro e pequenas empresas de calçados representavam quase 90% desse parque industrial em 2009¹.

¹ Os dados do mapeamento foram realizados pelo Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (SINDIFRANCA, 2016).

Tal segmento industrial não demonstra expressivas mudanças no processo produtivo, permanecendo as formas tradicionais que acentuam a exploração e precarização do trabalho. Daí a relevância desse projeto e porque estamos pesquisando sobre este território e o setor produtivo da indústria calçadista, bem como seus terceirizados.

O presente estudo se justifica porque procura investigar a realidade produtiva de um território no qual predomina uma atividade quase artesanal e busca iniciativas vislumbrar de auto-organização de microempreendedores que resultem em maior competitividade desse setor e, por conseguinte, incremento da dinâmica de desenvolvimento local. Assim, coloca-se o desafio de consolidar uma efetiva proposta de possibilidades frente a este contexto produtivo, propugnando a busca por uma quebra com o modelo de produção vigente e argumentando acerca dos benefícios que pode se dar pela cooperação e solidariedade.

É a busca de possíveis modos de organização do trabalho, que não acentue a competição, mas sim a cooperação. Parafraseando Paul Singer (2001, p. 19), seria a proposta de “[...] associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais.”

A Economia Solidária se apresenta como instrumento a favorecer as formas de inclusão social aos trabalhadores desempregados ou subempregados, que se encontra no trabalho informal, etc., na geração de trabalho e renda, com reflexos na melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Assim, o desafio deste estudo da realidade presente no setor calçadista de Franca é pensar a possibilidade de organização desses trabalhadores, no sentido de fortalecimento do território como polo organizador do trabalho, a partir do diagnóstico de condições objetivas.

Em face do exposto, investiga não apenas as ações específicas das políticas de apoio e outras iniciativas complementares, com estratégias na promoção da cooperação do arranjo produtivo local. E busca verificar a relação existente entre a teoria e a prática da Economia Solidária nas indústrias de calçados de Franca de maneira a entender a seguinte questão: É possível um arranjo produtivo local, baseado em uma economia de solidariedade entre empresas, trabalhadores terceirizados e instituições?

E, neste contexto em que se busca a constituição de novos caminhos sociais para construir um modo de produção e desenvolvimento local, emergem os desafios aos profissionais envolvidos com as questões sociais, inclusive do

Serviço Social, levando a repensar, refletir e instigar ações em seus campos de atuação, pois:

Esses empreendimentos coletivos, mesmo estando inseridos num sistema capitalista, introduzem elementos que divergem da finalidade do capital (além de gerarem renda aos trabalhadores) e, ao mesmo tempo, vão de encontro ao posicionamento e visão de homem e de mundo, que é concebida pela categoria profissional do Serviço Social, conforme consta no Código de Ética de 1993. (GOERCK, 2006, p. 80).

Diante dessas reflexões destaca-se o papel transformador da universidade, proporcionando a pesquisa e o debate acadêmico, contribuindo para o desenvolvimento desses temas. Tendo a possibilidade de atender à responsabilidade e devolutiva junto à comunidade no seu papel social. Nessa perspectiva, caminhar para uma transformação social pressupõe uma visão da sociedade desejada e um compromisso consciente com os princípios sobre os quais está baseada.

No que diz respeito ao percurso de trabalho, a pesquisa foi realizada por uma metodologia qualitativa, porque responde às questões muito particulares, ela se preocupa com aspectos relevantes de uma realidade concreta. Trata de uma reflexão inerente ao ser humano, que proporciona maior compreensão em profundidade do universo de significados e sentidos atribuídos pelos trabalhadores e terceirizados francanos.

No âmbito teórico, analisando como a reestruturação produtiva capitalista impacta nas indústrias de calçados de Franca e suas consequências geradas para este setor produtor e a partir desta realidade, as possibilidades abertas de redes de cooperação. Pode ser destacado, primeiramente pelo mapeamento desses atores sociais, mostrando suas especificidades e singularidades (quem são?), que possa possibilitar a geração de informações relacionadas à estrutura econômica, bem como, às demandas dos diferentes arranjos deste setor produtivo.

A partir desse levantamento, buscou-se compreender a configuração de uma possível estratégia de reordenamento da atuação desses produtores em um trabalho coletivo, que passaria a envolver também intervenção governamental ou de outros atores, a saber: entidades de classe e de apoio empresarial, universidades, institutos de pesquisa, centros de desenvolvimento tecnológico, etc. e estratégias de investimentos conjuntos, que levem à melhoria da qualidade dos produtos e

processos produtivos e, assim, o aumento da competitividade das indústrias e seu desenvolvimento nas cadeias produtivas.

Para definir o universo e os sujeitos da pesquisa de campo, foram entrevistados inicialmente um gestor público – Deyvid Alves da Silveira, diretor de Indústria, Comércio e Serviços da Prefeitura Municipal de Franca – e o vereador Claudinei da Rocha Cordeiro, com a finalidade de uma melhor compreensão de elementos que expliquem se há (e como acontece) apoio governamental aos segmentos da cadeia produtiva do calçado. O vereador mencionado possui 2 projetos aprovados na Câmara sobre a temática estudada, a saber: a criação da Associação das Bancas de Pesponto e a Incubadora de Bancas de Pesponto, implantada no Parque de Exposições Fernando Costa.

Foram entrevistados também dois prestadores de serviços terceirizados, a fim de averiguar se constroem laços de cooperação, se interagem com instituições, se são beneficiados por alguma política pública, etc. Almeja-se alcançar diferentes visões sobre a questão, a partir da interpretação da fala dos sujeitos, e que também venha estimular indagações acerca dos seguintes pontos:

- A interconexão entre empresários/terceirizados e instituições;
- Informação acerca das instituições;
- O grau de conhecimento desses atores sociais, sobre o mercado onde estão inseridos;
- Conhecimento acerca dos atores que componham a estrutura econômica.

Juntamente com as entrevistas e a bibliografia levantada, constituíram também material de análise dados e publicações especializados sobre o tema. Com tais fontes, esperou-se obter material para aprofundar o conhecimento empírico sobre a realidade dos empresários e terceirizados de calçado.

No **Capítulo 1** busca-se, inicialmente, proporcionar a compreensão do Modo de Produção Capitalista contemporâneo, as transformações experimentadas pela reestruturação capitalista nas últimas décadas em escala mundial e seu impacto no mundo do trabalho.

O **Capítulo 2** visa apreender esse conjunto de transformações em curso, os efeitos e as consequências da reestruturação produtiva no polo calçadista de Franca S/P. Como parte desse esforço de análise, fez-se necessário reconstituir as

etapas do processo de produção do calçado, o que implica acompanhar tanto as etapas da produção realizadas dentro das indústrias quanto as realizadas fora do âmbito da indústria – desenvolvidas nos domicílios, ou nas bancas de trabalhadores terceirizados, unidades produtivas que prestam serviços para as indústrias de calçados. E diante desse processo, os impactos sobre os trabalhadores, nas relações de trabalho a que são submetidos, que refletem no seu modo de ser e pensar a vida social.

No **Capítulo 3** reflete-se a respeito da Economia solidária, apresentando o contexto econômico e social que propiciou o seu desenvolvimento como perspectiva de construção de modalidade de produção alternativa no âmbito do capitalismo. Aborda-se a proposta de uma economia de cooperação nas indústrias de calçados de Franca-SP, visando atender, de modo concreto, as necessidades da comunidade local e à construção de alternativas mais condizentes com as especificidades desse segmento social; e que conduza a possibilidades “[...] para a ação social e política, de modo a auxiliar as comunidades a melhorar os seus meios de subsistência e a lidar com as consequências das transformações globais.” (CASTLES, 2002, p. 130).

Somente com iniciativas dessa magnitude, será possível contemplar, nas realidades locais e regionais, o desejo da população que luta por direitos e condições de desenvolvimento econômico e social. Em sentido expandido, busca a requerer a própria emancipação humana.

**CAPÍTULO 1 PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA: AS
TRANSFORMAÇÕES DECORRENTES NO ÂMBITO DA
ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A NOVA DINÂMICA DO
TERRITÓRIO**

A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas.
(Karl Marx)

1.1 Trabalho e reestruturação produtiva: o modo de produção e o processo do trabalho

O modo capitalista de produção do final do século XX ocasiona uma transformação profunda e fundamental nos processos de trabalho, modos de consumo, configurações geográficas e análises de políticas do Estado. O trabalho está passando atualmente por um profundo processo de desregulamentação. Tal fenômeno é sentido intensamente no ordenamento do trabalho, ou seja, na alteração do modo de acumulação de capital e, por conseguinte, na do modo de produção.

O modo de laborar contemporâneo sugere que os efeitos da reestruturação do capital, de novas tecnologias e comunicação pressionam para o surgimento de modos de organização do trabalho pelo uso da força laboral, de forma multifuncional, polivalente, ágil. “Quando no contexto da busca da ‘flexibilidade interna’, a empresa entende adaptar as qualificações dos trabalhadores às transformações tecnológicas, a formação permanente pode funcionar como uma seleção permanente.” (CASTEL, 2013, p. 519). O indivíduo que se produz no trabalho, levando em consideração que as práticas de trabalhar e produzir demanda um novo perfil de trabalhador, com potencial para desenvolver diferentes habilidades e competências, colaborador, polivalente, comprometido.

As transformações contemporâneas do trabalho são objeto de estudo de vários autores (CASTEL, 2013; BAUMAN, 1999; CASTELLS, 1999; GORZ, 1987; OFFE, 1984, entre outros), que apontaram a flexibilização da estrutura de produção capitalista como uma de suas principais características; a precarização, como um de seus efeitos mais marcantes e o desemprego, como uma manifestação importante. Envolve uma série de estratégias implementadas a partir da reestruturação produtiva que visam a alterar as relações de trabalho e regulamentações do mercado.

O modo de produção de bens e serviços sofreu intensa alteração. Houve reorganização de toda ordem. A empresa convencional do passado dá lugar a empresa pós-moderna, competitiva, transnacional. Dessa forma, o perfil da empresa muda para sua planta industrial menor, pela terceirização de setores da sua produção. Opostamente, a redução no tamanho da empresa conduz à concentração

do capital (ANTUNES, 2004). Essas transformações que incidem no Brasil e nos demais países do mundo são impostas pela nova ordem de acumulação capitalista, motivada pela crise da década de 1970.

A fim de cumprir os requisitos necessários às exigências do mercado, “[...] no seio da própria empresa, a corrida à eficácia e à competitividade acarreta a desqualificação dos menos aptos.” (CASTEL, 2013, p. 519). E a inserção da força de trabalho alienado, precisa adaptar-se ao regime de acumulação do capital e no modo de regulamentação, política, econômico e social a ele associado. Claus Offe (1984, p. 92) observa que “[...] a classe capitalista procura criar estruturas de Estado que canalizem a atividade política da classe operária de modo que tal atividade não ameace a dominação política dos capitalistas e os seus interesses objetivos.”

O contexto da reestruturação capitalista pressionou para a diminuição de postos de trabalho em grandes proporções e, simultaneamente, reforçou formas contratuais de trabalho com contratos de trabalho não regulamentados, de tempo parcial, por tempo determinado e subcontratações, bem como formas não assalariadas de inserção, ligadas às chamadas economias informais que englobam o trabalho autônomo ou por conta própria, por exemplo. O atual contexto da internacionalização do mercado mostra que o trabalho vem sendo alvo de redução de custos: minimizar o preço da força de trabalho e de elevar sua eficácia produtiva. Os desdobramentos dessa dinâmica da modernização incidem principalmente sobre o desemprego, a precarização do trabalho, “[...] a coerção da necessidade e também da fome” e a “individualização”. A individualização dos comportamentos na atividade laborativa, ocasionada pela flexibilidade, é bastante diversa das regulações coletivas da organização fordista. E a precarização do trabalho é vista como um processo central, decorrente das exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo (CASTEL, 2013, p. 593).

1.2 A crise estrutural do capitalismo

O sistema capitalista mostra que ele é sempre assolado por crises. De acordo com Huberman (2010, p. 207-208), “[...] parece parte e parcela de nosso sistema econômico; é caracterizado não pela escassez, mas pela superabundância. Nela, os preços, ao invés de subirem, caem [...] nessas crises uma grande parte, não só dos produtos existentes, mas também das forças produtivas anteriormente criadas, é

periodicamente destruída.” Sobre esse aspecto, analisando o contexto contemporâneo, Mészáros (2011, p. 48, 65) argumenta:

O que hoje estamos vivenciando não é apenas uma crescente polarização – inerente à crise estrutural global do capitalismo atual – mas, igualmente, o que multiplica os riscos de explosão, o colapso de uma série de válvulas de segurança que cumpriam um papel vital na perpetuação da sociedade do mercado.

Consequentemente, a crise que enfrentamos não se reduz simplesmente a uma crise política, mas trata-se da crise estrutural geral das instituições capitalistas de controle social na sua totalidade. Aqui cabe assinalar que as instituições do capitalismo são inerentemente violentas e agressivas: são edificadas sobre a premissa fundamental que prescreve a “guerra, se fracassam os métodos ‘normais’ de expansão”.

Não é uma crise de produção ou consumo, mas crise de acumulação de capital, pois, se os preços caem, a base do lucro é afetada, e declina a acumulação do capital, dando ensejo, assim, a uma espiral de crise. Nesses períodos, a superprodução é combatida pela recessão, e como implicação, a queda brusca da produção, o desemprego em massa e a diminuição dos níveis salariais.

Nessas ocasiões não há escassez dos fatores de produção, as indústrias contam com a maquinaria específica, matéria-prima e os trabalhadores que necessitam vender sua força de trabalho. Entretanto, nada será feito pelos capitalistas a não ser que conjecturem possibilidade de lucro. “No sistema capitalista, as mercadorias não são produzidas para uso, mas para troca – com lucro.” (HUBERMAN, 2010, p. 209).

Assim, o lucro é que movimenta o sistema da economia, e o lucro é obtido no mercado, de forma que se pode concluir que o mercado é que dita as regras da economia, de forma que o sistema capitalista tem como objetividade o lucro. Todo seu processo em todos os planos é com vistas na lucratividade.

A taxa de lucro está atrelada diretamente na taxa de exploração da força de trabalho. Assim, se o capitalista visa sempre ao aumento do lucro, a exploração do trabalho é igualmente intensificada. A má distribuição de renda entre os indivíduos da sociedade gera um acúmulo por parte de alguns, que prejudica o consumo e, portanto, a produção.

“[...] o capitalismo se baseia na exploração do trabalho”, havendo uma tendência da concentração do capital na elite capitalista e ocasionando a pauperização dos trabalhadores (HUBERMAN, 2010, p. 172). E há uma contradição insolúvel no capitalismo, onde o capitalista investe cada vez mais em maquinaria,

para estar competindo, precisando assim acumular mais capital e isso é conseguido pela redução do salário do trabalhador. Contudo, com a redução do padrão salarial, o poder aquisitivo do trabalhador diminui, não suportando o grande número de mercadorias lançadas no mercado.

O impacto do regime de reestruturação de produção pressupõe compreender a crise estrutural do capital e do capitalismo no plano internacional em sua crise mais profunda e prolongada, iniciada a partir de 1973, no epicentro do capitalismo (HARVEY, 1989, p. 125). Essa crise estrutural tem em sua gênese a própria crise mundial do petróleo e a queda tendencial da taxa de lucro. Em resposta a esses fatos, o capital busca reveses para retomar seus níveis de acumulação, que se expressam em novas formas de gestão e controle do trabalho, e obtêm a ampliação da exploração da força de trabalho, pela mais-valia absoluta na ampliação do ritmo do trabalho e também através da mais-valia relativa, mediante inovação tecnológica.

Além da crise monetária gerada pela estagnação econômica, inflação e rápido crescimento dos preços, teve a crise do petróleo, resultante da decisão dos países integrantes da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de aumentar o preço do petróleo e do embargo árabe às exportações do produto para o Ocidente durante a guerra com Israel em 1973, o que gerou um aumento considerável no preço internacional do petróleo. Para manter a taxa de lucros, os empresários precisaram investir mais capital constante, que não gera mais-valia, prejudicando o coeficiente de lucro (CASTELLS, 1999, p. 177). De outra maneira, a inflação, derivado dos problemas fiscais e monetários, elevou a taxa de juros, ou seja, o dinheiro para investimento ficou mais caro, prejudicando do mesmo modo, a manutenção do lucro. “O sistema entra em colapso – isto é, os lucros caem – num período de crise.” (HUBERMAN, 2010, p. 209).

O modo de reestruturação capitalista se fundamentou na necessidade do capital superar a crise do final do século XX. “É uma crise global, que não investe apenas sobre os ordenamentos econômico e político, mas ainda, com intensidade variável, sobre complexos de representações e valores a ambos vinculados.” Por sua vez, o capitalismo para superar sua nova crise, necessita ajustar a produção ao mercado e aquela aos modos de exploração dos fatores de produção, entre as quais, a forma de trabalho alienada pelo trabalhador (PAULO NETTO, 1994, p. 19).

O processo de trabalho sofre profundas transformações, na década de 1980, “[...] nos países de capitalismo avançado”, com desdobramentos e variações

diferenciadas, a partir da década de 1990, “[...] com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do chamado Terceiro Mundo.” (ANTUNES, 2010, p. 47).

1.3 Maneiras da organização do trabalho no fordismo

Segundo Antunes (2010) tais modificações acontecidas pela diferenciação dos processos de trabalho na produção (fordismo, taylorismo e toyotismo, ou acumulação flexível), pressupõem, na ordem do capital, formas diferenciadas de exploração e suas repercussões profundas afetam a “[...] objetividade e subjetividade da classe-que-vive-do-trabalho, e, portanto, a sua forma de ser.” (ANTUNES, 2010, p. 15).

O fordismo, de acordo com Harvey (1989) como maneira de organização do trabalho, surge em 1914, quando Henry Ford introduz a jornada de 8 horas a cinco dólares de recompensa para o trabalho em linha de montagem, e se espraia pelo setor produtivo. Nessa linha de pensamento Harvey (1989) indica que esse processo de organização amplia-se e consolida-se nos países capitalistas ocidentais em meados da década de 1970 e atinge a maturidade no período imediato ao pós-guerra, persistindo até meados da década de 1970. A produção fordista e a reprodução keynesiana tornaram-se fortes aliadas no processo capitalista de desenvolvimento do pós-guerra. O sociólogo Ricardo Antunes argumenta que:

O fordismo pode ser compreendido, fundamentalmente, como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidaram-se ao longo deste século [...], e cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle do tempo e movimentos, pelo cronômetro taylorista e produção em série fordista. (ANTUNES, 2010, p. 17).

O trabalho no modo fordista, vigente por quase todo o século XX, assinalou-se pela exploração intensa do trabalhador, visto como mais um complemento da máquina; engendrava o trabalho massificado, repetitivo e intenso, de baixa remuneração – trabalho esse efetivo enquanto peça essencial para o aumento do lucro capitalista. Pois quanto maior a exploração e menor a remuneração, maior seria a lucratividade, porque maior é a mais-valia, que é o ganho do capital sobre o trabalho.

De acordo com Antunes (2010, p. 17), o fordismo e o taylorismo, que predominaram em grande parte da indústria capitalista, apresentam ainda como

forma desse processo a separação entre a elaboração e a execução no processo de trabalho: “[...] fragmentação das funções, trabalho parcelar pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela construção e consolidação do operário-massa, do trabalhador fabril.”

O fordismo mostra uma separação entre elaboração, controle e execução diante um novo modelo de reprodução da força de trabalho, onde fica nítido de que produção em massa significava consumo em massa. Essa forma produtiva, presente no tecido social, foi construindo uma cultura, um modo de vida e um novo tipo de trabalhador. Estruturou-se, o novo aparelho de reprodução da força do trabalho e sistema de controle, com uma sociedade racionalista e capitalista. O consumo em massa, imperativo aos padrões de acumulação fordista subordinou o tempo e o lazer do trabalhador a certo tipo de controle necessário às expectativas desse método da produção.

O modo de produção do fordismo/taylorismo na indústria automobilística distinguiu-se por ser precursora na organização da produção industrial, originando tanto o fordismo quanto os métodos flexíveis de produção. A produção de automóveis no início meramente artesanal e individualizado ganharia rápida massificação. Ford, então, aplicaria os métodos do taylorismo, para atender um potencial consumo de massas. Esta sendo a primeira característica do fordismo: a produção em massa. A justificativa é que somente a produção em massa poderia diminuir os custos de produção e o preço de venda dos veículos. O trabalho massificado ganha condições de trabalho precário, “[...] na exploração do trabalho vivo no universo da produção”, num processo de produção composto por uma infinidade de gestos repetitivos durante a jornada de trabalho, reforçado através do parcelamento de tarefas fundado na tradição taylorista (ANTUNES, 2010, p. 29).

Este processo fordista é completado pela linha de montagem, onde os operários são colocados um ao lado do outro e em frente a uma esteira rolante, para realizar o seu trabalho, ligando as tarefas individuais sucessivas. Mas era preciso adaptar ainda mais a produção para alcançar os objetivos esperados. E na finalidade de reduzir o trabalho do operário a gestos simples e repetitivos e evitar constantes adaptações das peças produzidas aos veículos, que Ford decidiu por padronizá-las.

No fordismo/taylorismo evidencia-se a perspectiva de que a empresa que muda profundamente a organização da produção para ser mais eficaz e adaptar-se

à demanda do mercado, assume a liderança da indústria, conquistando fatias do mercado e se tornando dominante. Assim, as outras indústrias têm que seguir o modelo dominante para continuarem no mercado. A forte competição entre as empresas impede que recursos suficientes fossem destinados à melhoria de certas condições de trabalho, pois eram necessários custos de produção cada vez mais baixos para conquistar fatias do mercado.

Nesta conjuntura de deterioração cada vez maior das condições de trabalho, “[...] pode possibilitar ao capital tanto maior exploração quanto maior controle sobre a força de trabalho”, com os operários sendo submetidos a trabalhos precários e mal remunerados, é que resulta a crise estrutural do capital visto sob o manto do fordismo (ANTUNES, 2010, p. 27).

A reestruturação produtiva se apresenta como forma de superação da crise capitalista evidenciada a partir de 1973, interpretada pela crise do petróleo e pela estagflação (HARVEY, 1989, p. 140). Assim, o mercado gradativamente passou a não mais suportar a produção massiva do modelo fordista, causando desequilíbrio entre produção e consumo, tornando-se instável. Como é no mercado que o capitalista alcança o lucro, pela comercialização das suas mercadorias e de seus serviços, é ele que determina a organização produtiva, estabelecendo, assim, a necessidade de alteração do modo de produção, sendo preciso à exploração dos fatores de produção, dentre os quais a força de trabalho.

1.4 A crise do fordismo e o surgimento do toyotismo

No fordismo/taylorismo como modelo predominante possibilitou uma grande lucratividade de capitais pelas empresas automobilísticas. Todavia, para Ricardo Antunes (2010, p. 40) nos anos de 1960/1970 marcou o começo de uma crise estrutural, originada principalmente, pela queda na taxa de lucro acarretada pelo aumento do preço da força de trabalho, resultante das lutas sociais entre trabalho/capital dos anos 1960, pelo desemprego estrutural que se iniciava, trazendo uma contração do consumo que o modelo taylorista/fordista não conseguiu resolver, pelo aumento das privatizações e pela crise do Estado do bem-estar social, oriundos da crise fiscal do Estado capitalista.

Embora cronologicamente estabelecida em 1973, a crise do fordismo já expunha seus primeiros sinais na década de 1960, pois, de acordo com Harvey (1989, p. 152):

[...] a recuperação da Europa Ocidental e do Japão tinha se completado, seu mercado interno estava saturado e o impulso para criar mercados de exportação para os seus excedentes tinha de começar. [...] Mas a queda da produtividade e da lucratividade corporativistas depois de 1966 [...] marcou o começo de um problema fiscal nos Estados Unidos que só seria sanado às custas de uma aceleração da inflação, o que começou a solapar o papel do dólar como moeda-reserva internacional estável.

No fordismo a acumulação era baseada em padrões rígidos e nas décadas de 1960 dava seus primeiros sinais de declínio, em razão do esgotamento do seu mercado interno e do fim da reconstrução do Japão e da Europa Ocidental, que denotou um mercado externo consumidor em larga escala. A queda das taxas de produção e do lucro gerou intensa crise fiscal nos Estados Unidos, que motivou problemas monetários, em razão da aceleração inflacionária do dólar, que perdeu seu valor no mercado internacional.

O aumento nas taxas de inflação emanou dos compromissos assumidos pelo Estado keynesiano, seja para conceder aos trabalhadores melhores condições sociais de vida, seja para implementar as políticas de infraestrutura de expansão ao capitalismo.

A rigidez dos compromissos do Estado foi se intensificando à medida que programas de assistência (seguridade social, direitos de pensões etc.) aumentavam sob pressão para manter a legitimidade num momento em que a rigidez na produção restringia expansão da base fiscal para gastos públicos. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, na capacidade de imprimir moeda em qualquer montante que parecesse necessário para manter a economia estável. (HARVEY, 1989, p. 123).

Para Harvey (1989, p. 128), “[...] o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez.” Com o colapso do petróleo, que abalou o custo da produção dos países centrais, e a estagnação, seguida de inflação (estagflação), o mercado reprimiu-se, não conseguindo mais aguentar a produção em massa e rígida do fordismo. Dessa maneira, como o mercado não comportava níveis de produção fixos, teve dificuldades no investimento de capital

constante e de capital variável vinculado à produção massiva e a longo prazo. Assim, o capital tentava encontrar saídas para a crise, mas, deparava na estrutura rígida keynesiana criado para superar a crise precedente e dar respostas políticas a ameaça socialista que se instalara no Leste Europeu, pela Revolução Russa de 1917.

No modo de acumulação de capital decorre na necessidade do capitalista superar a crise e manter ou alcançar a maior taxa de lucros, que é o componente motriz de todo o sistema. E o Estado já não podia, por sua intervenção manter o domínio econômico e a estabilidade do sistema. Sendo compelido a reduzir os custos dos fatores de produção, isto é, restringir a aplicação do capital constante e do capital variável. A redução do capital constante não aconteceu nos investimentos de maquinários modernos, mas na manutenção de estruturas atreladas à produção em massa, como, por exemplo, o estoque. Pois a eliminação do estoque reduz custos, aumentando assim o lucro.

Com a aguda recessão instalada a partir de 1973 do ciclo de expansão do desenvolvimento econômico capitalista, o mercado já não cabia ser regulado pelo Estado e a transição para um novo regime de acumulação implicaria na alteração do modo de regulamentação do capital, da força de trabalho e do mercado. Daí a necessidade da desregulamentação tributária, trabalhista e mercadológica. O mercado começou a ser instável, e a produção em massa já não conseguia ser mantida, conforme as exigências de consumo (ANTUNES, 2010, p. 26).

Essa crise estrutural no final do modelo fordista era consequência também do sentido destrutivo da lógica do capital, com a tendência decrescente do valor das mercadorias, pela intensificação do trabalho e na exploração cada vez maior da mão-de-obra do trabalhador. Um modelo de produção que precariza cada vez mais a força laborativa e mostra um desrespeito evidente pela força humana que trabalha e cujos produtos têm cada vez menos durabilidade. Entretanto, o capital caracteriza-se de um grande poder de reorganização do “metabolismo societal”, que mantém domínio sobre a totalidade dos seres sociais (MÉSZÁROS, 2011, p. 75).

Com a emergência de um capitalismo global, observa-se um enorme crescimento do sistema de metabolismo social do capital, sem limites. Neste sentido, (ANTUNES, 1999, p. 25) pondera que o sistema metabólico do capital: “Escapa a um grau significativo de controle precisamente porque ele emergiu, no curso da história, como uma estrutura de controle totalizante das mais poderosas.”

A reestruturação capitalista é o modo encontrado pelo capitalismo para superar suas crises cíclicas e suas contradições internas, assim, comportar a reprodução do capital e sua concentração nas mãos da elite capitalista. Pois a acumulação é de capital, como acontece desde as revoluções industrial e comercial, conforme a racionalidade capitalista da acumulação e concentração. Que no fordismo a acumulação era baseada em padrões rígidos, no processo de produção e na exploração da força de trabalho.

Por ser incontornável, o capital sempre organiza uma saída para sua crise e a crise estrutural do modelo fordista exigia que o capital viesse constituir mudanças em sua estrutura. Valendo-se da experiência do fordismo, elabora um novo modelo de produção cujo objetivo é resolver os problemas que teriam levado o modelo anterior a uma crise estrutural. Começa, então, um processo de reorganização, que teve como principal resultado a emergência do neoliberalismo, com a desregulamentação dos direitos trabalhistas, a privatização do Estado e a falência do setor público estatal. Posterior a esse processo, advém um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, que daria origem ao que chamamos de modelo flexível de produção, para recuperar o ciclo reprodutivo do capital.

A forma de produção presentes no taylorismo/fordismo tinha necessidade de ser totalmente reestruturadas, sem, no entanto, modificar os pilares essenciais do modo de produção capitalista e dessa maneira resgatar os níveis de acumulação existentes no período anterior. “Tratava-se, para o capital, de reorganizar o ciclo reprodutivo preservando seus fundamentos essenciais.” (ANTUNES, 1999, p. 36).

No modelo fordista, a produção em série de uma linha de montagem distinguia claramente elaboração e execução da produção, cabendo aos operários somente executar mecanicamente suas respectivas tarefas, suprimindo a dimensão intelectual do trabalho, onde a organização e elaboração pertenciam à competência da gerência. O operário fordista não participava da organização do processo laboral, exercendo somente uma atividade repetitiva e carente de sentido.

As lutas e reivindicações por melhores condições de trabalho e pela participação social da produção, ocorridas nos anos 1960, foi fundamental no rompimento da separação entre elaboração e execução, uma vez que reivindicavam, entre outras pautas, uma maior participação do operariado na organização do trabalho. O sociólogo Ricardo Antunes (1999, p. 44-45) observa que:

Os operários tinham se mostrado capazes de controlar diretamente não só o movimento reivindicatório mas o próprio funcionamento das empresas. Eles demonstraram, em suma, que não possuem apenas uma força bruta, sendo dotados também de inteligência, iniciativa e capacidade organizacional. Os capitalistas compreenderam que, em vez de limitar a explorar a força de trabalho muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtudes da inteligência.

Com a crise do modelo fordista, surge um novo modelo, baseado em fórmulas inovadoras na finalidade de superar as falhas do taylorismo/fordismo. Este modelo, conhecido por toyotismo, elabora um discurso voltado para a valorização do trabalho em equipe, da qualidade no e do trabalho, da multifuncionalidade e da qualificação do trabalhador. Entretanto, oculta a intensificação, a exploração e a precarização do trabalho, inerentes à busca desmesurada do lucro pelo sistema de metabolismo social do capital (MESZÁROS, 2011, p. 71).

1.5 Artimanhas do capital diante de sua crise estrutural: o “novo” modelo de produção toyotista

O modo de produção no modelo toyotista não é em massa e de produtos homogeneizados, mas de pequena produção e com grande variedade de produtos, onde os produtos são mais elaborados, para atender aos gostos variáveis do mercado. No processo do toyotismo não há grandes estoques, por medida de redução de custos e de aumento da lucratividade, viabilizado pela informatização e pela melhora dos meios de comunicação e de transporte, permitindo que os fornecedores entreguem as mercadorias necessárias para a produção na hora certa.

Alguns elementos desse modelo são bem-conhecidos: sistema de fornecimento kan-ban (ou just in time), no qual os estoques são eliminados ou reduzidos substancialmente mediante entregas pelos fornecedores no local da produção, no exato momento da solicitação, e com as características específicas para a linha de produção: “controle de qualidade total” dos produtos ao longo do processo produtivo, visando um nível tendente a zero de defeitos e melhor utilização dos recursos; envolvimento dos trabalhadores no processo produtivo por meio de trabalho em equipe, iniciativa descentralizada, maior autonomia para a tomada de decisão no chão de fábrica, recompensa pelo desempenho das equipes e hierarquia administrativa horizontal, com poucos símbolos de status na vida diária da empresa. (CASTELLS, 1999, p. 214).

Na doutrina fordista o controle de qualidade, era feito por um setor responsável pelo controle após a produção dos produtos, já no toyotismo é feito imediatamente, durante a própria fabricação dos produtos, evitando, dessa maneira a detecção tardia dos erros e de produtos com defeito. Essa medida deriva das políticas produtivas de manter o controle de qualidade, que se elimina o controle centralizado do modelo rígido, passando essa tarefa para os próprios trabalhadores. Os trabalhadores, dessa forma são dispostos em grupo de trabalho, onde são treinados para desempenharem o papel de líder. Pois a produção no fordismo era voltada para os recursos financeiros da indústria, enquanto que a produção no toyotismo é voltada para a demanda do mercado. Assim, já não mais se produz conforme a capacidade produtiva da indústria, mas conforme a capacidade aquisitiva do mercado (ANTUNES, 2010, p. 24 - 25).

Antes, as “grandes firmas” deveriam dominar todas as áreas de sua atividade econômica, desde a exploração de matéria-prima até o transporte das mercadorias (GORZ, 2005, p. 22). A empresa baseada no modelo toyotista organiza-se de forma flexível, passando por profundo processo de subcontratação e terceirização de atividade. A terceirização é um processo categórico de extinção de setores da empresa, com o objetivo de redução de custos. O setor da empresa que é objeto da terceirização pode ser produtivo ou não, ou seja, pode ser um setor que produz certos bens materiais ou que produz certos serviços. Esse processo trás no bojo profunda perversidade, contribuindo para a precarização das relações de trabalho, “com enormes consequências que ele acarreta no interior do mundo do trabalho” e para o agravamento da situação social do trabalhador (ANTUNES, 2010, p. 30).

“Esse processo organizacional” do trabalho também é diferente nos dois modelos. Enquanto no fordismo há o trabalhador desempenhando única tarefa, de maneira repetitiva e especializada, no toyotismo temos a polivalência do trabalhador, que passa a desempenhar múltiplas tarefas, suprimindo-se, assim, a dificuldade da jornada de trabalho. Entretanto, as múltiplas tarefas também são repetitivas, tanto que há autores que concebem o toyotismo como um modelo pós-fordista. O pagamento de salários, que no fordismo era a parte calculada de cada um, ou seja, os benefícios salariais era feito para todos os empregados de forma igualitária, no toyotismo, é feita de forma pessoal por um sistema detalhado de bonificações e prêmios por produção. O caráter pessoal de remuneração, contudo, não é personalíssimo, pois, o pagamento leva em conta a produtividade de trabalho,

impondo aos trabalhadores integrantes do grupo uma fiscalização mútua. Para alcançar alta produtividade e para que possam fazer o controle de qualidade dos produtos durante a fabricação, os trabalhadores são sujeitos a longos treinamentos, dando-se ênfase na responsabilidade conjunta do trabalhador, o que não ocorria no fordismo (CASTELLS, 1999, p. 217).

O operário visto não só como mais um componente da máquina, mas também como ser consciente e integrado ao processo produtivo começa o embasamento de um novo modelo de produção, o toyotismo. Se antes o operário era mantido longe das decisões organizacionais relacionadas à produção, no toyotismo há uma inversão de valores, com a valorização do operário integrado e participativo ao processo produtivo. Baseado “[...] na interação organizacional entre os ‘conhecimentos explícitos’ e os ‘conhecimentos tácitos’ na fonte de inovação.” (CASTELLS, 1999, p. 216).

Se no modelo anterior a regra era que o operário fosse considerado mais uma peça da máquina, no toyotismo passa a ser vigente o operário polivalente e multifuncional, apto a trabalhar com diversas máquinas simultaneamente. Emerge o que se chama de flexibilidade profissional, na qual se verifica a combinação entre elaboração e execução de tarefas e estratégias organizacionais. O trabalhador sendo polivalente é o que conhece além das suas atribuições peculiares, possuindo habilidade para compreender a essência do processo produtivo. Com a possibilidade de conhecer e exercer outras operações, reforça-se a cooperação entre os operários de uma organização, aumentando a eficiência e a produtividade em prol do capitalismo (ANTUNES, 1999, p. 45).

Nesse contexto que se podem observar as artimanhas do capital. Pois o sistema de metabolismo social do capital é incontrolável e possui uma intensa capacidade de controle perante das adversidades que se interpõem ao seu desenvolvimento e controle. O operário simplesmente executor não era mais lucrativamente interessante para o capital diante ao operário polivalente e participativo. Ao capital competia uma resposta à sua própria crise, à crise do fordismo e o seu sistema de metabolismo social oferece a saída que melhor corresponde aos seus interesses de lucros, incorporando as reivindicações dos operários por melhores condições de trabalho investindo na qualificação profissional dos trabalhadores.

Nessas artimanhas o capital destitui o operário executor e constitui o profissional participativo, polivalente, flexível, organizativo e altamente especializado, que são, ao mesmo tempo, executores e administradores, que conhecem o processo produtivo e são extremamente capazes de identificar e corrigir erros no processo de produção.

O toyotismo começou como estratégia para a crise do capital acontecida nos anos 1970, de dentro das fábricas de automóveis Toyota, ganhou terreno e estendeu-se mundialmente. Com o toyotismo, uma nova configuração de organização industrial e de relação entre capital e trabalho emerge da crise do taylorismo/fordismo, por possibilitar um trabalhador mais participativo, qualificado, multifuncional, polivalente, munido de maior realização no ambiente de trabalho (SABEL; PIORE, 1984, p. 83).

A eliminação do desperdício e o controle de qualidade total são parte do discurso do modelo toyotista de produção e adotadas pelas indústrias em todo o mundo. Para as empresas essas estratégias tornaram-se importantes para a contratação e recolocação de profissionais. Assim, é nítido como o poder transformador do capital atinge dimensões globais. O que é pertinente para acumulação capitalista deve ser aderido por todos os que integram o sistema e o metabolismo social do capital se encarrega disso. Modificam-se as relações de produção, na esfera econômica e também os conceitos de qualificação do trabalhador. Conforme aponta Castells (1999, p. 214):

O enorme sucesso em produtividade e competitividade obtido pelas companhias automobilísticas japonesas foi, em grande medida, atribuído a essa revolução administrativa, de forma que na literatura empresarial “toyotismo” opõe-se a “fordismo”, como a nova fórmula de sucesso, adaptada à economia global e ao sistema produtivo flexível.

Thomas Gounet destaca que, no sistema capitalista, mesmo onde exemplos de especialização de trabalhadores e mercadorias são identificados, isso não tem trazido necessariamente benefícios para o trabalho ou o trabalhador, mas sim, exemplos crescentes de intensificação do trabalho (GOUNET, 1999, p. 43). Da mesma maneira, a introdução de tecnologia computadorizada não vem trazendo a emergência do trabalho qualificado como consequência.

As mudanças no processo produtivo, ocorridas com o toyotismo, ressaltando melhorias no que diz respeito ao trabalho mais qualificado e habilitado, como o

trabalho em equipe, a multifuncionalidade e a polivalência, oculta que este mesmo processo tem levado frequentemente à intensificação e precarização do trabalho. O mesmo acontecendo com a qualidade das mercadorias, com o intuito de convencer o público consumidor. Mészáros (2011, p. 65) destaca como estratégia do capital a utilização decrescente do valor de uso das mercadorias.

Para a lucratividade o capital depende da dinâmica do mercado de produtos, que é posta pela sucessiva substituição das mercadorias velhas por outras novas. Assim sendo, quanto menor for a vida útil de um produto, maior será a dinâmica do mercado de consumo e, portanto, maior será o lucro obtido pelas empresas, pois a utilização decrescente do valor de uso é fundamental para o processo de valorização do capital. Ricardo Antunes (1999, p. 50) salienta que “[...] na empresa da era da reestruturação produtiva, torna-se evidente que quanto mais ‘qualidade total’ os produtos devem ter, menor deve ser seu tempo de duração.”

Nesse processo torna-se, evidente a chamada lógica da produção destrutiva, na qual os traços marcantes são a destrutividade e a rápida obsolescência dos produtos, sendo esta, mais uma das estratégias do capital para atingir seu objetivo fundamental: o lucro. O consumidor que sofre com a baixa qualidade dos produtos e o trabalhador que é afetado pela intensificação e exploração do processo de trabalho, ocorrido com os processos de reestruturação produtiva, não passa de alienação cruel diante da realidade imposta. Alienação esta que é uma artimanha poderosa, da qual se utiliza o sistema de metabolismo social do capital.

O fordismo/taylorismo ficou caracterizado como um modelo de produção no qual vigorou a exploração do trabalhador através de processos de trabalho precarizados, “da extração da mais-valia” que levavam os operários a tarefas estafantes, mecânicas e repetitivas e os submetendo a cargas horárias exageradas (ANTUNES, 2010, p. 29).

O modelo que surgiu com o toyotismo tencionou romper com a imagem negativa do trabalho como precarização do trabalhador provinda do fordismo, adotando para isso programas estabelecidos na constituição de um trabalhador polivalente, multifuncional, integrado ao processo produtivo, para dele participar e nele interferir. Entretanto, observa-se nas empresas onde vigora a modelo toyotista:

A desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; o aumento da fragmentação no interior da classe

trabalhadora; a precarização e terceirização da força humana que trabalha; a destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo em um 'sindicalismo de empresa' (ANTUNES, 1999, p. 53).

A acumulação flexível, com o toyotismo, torna-se para o capital uma forma de maior exploração quanto de maior domínio sobre a força de trabalho. Assinala-se ainda, o surgimento do operário polivalente, o aumento da produtividade, a redução do operariado, o atrelamento da mercadoria à demanda definida, ou seja, a manutenção do estoque no mínimo, “[...] desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo”, para restituí-los de acordo com a demanda, compondo ambos a substância do modelo japonês (ANTUNES, 2010, p. 33).

O processo de trabalho em curso no toyotismo expõe uma base de manutenção ideológica que atinge não somente a objetividade como base material da classe operária, mas também sua subjetividade, ou seja, sua consciência de classe e seus valores. Constitui o envolvimento, em que a colocação do trabalho ao capital é superior à existente nos processos de trabalho anteriores, em que na nova lógica de organização o trabalhador passa a ser o controlador de si mesmo.

Ora, quando uma sociedade produz para trabalhar em lugar de trabalhar para produzir, é o trabalho em geral que se encontra atingido de não-sentido. Daí em diante ele só tem como finalidade principal “ocupar as pessoas” e perpetuar, desse modo, as relações sociais de subordinação, de competição, de disciplina sobre as quais repousa o funcionamento do sistema dominante. (GORZ, 1987, p. 92).

Todavia, não se pode afirmar que tudo seja toyotismo, pois o processo de desfordização encontra-se em andamento. Desse modo, os processos de trabalho expressam-se de forma diferenciada em diversos países e regiões, originando o desemprego tecnológico, associado ao forte desemprego estrutural inerente à profunda crise do capital. Intensificação do trabalho dada pelo melhor aproveitamento possível do tempo de produção, perda de direitos, precarização, desmantelamento do sindicalismo, intensa terceirização dos processos produtivos, com o aumento do trabalho fora das fábricas e transferido para os domicílios em condições precárias; tudo isso reflete o enorme desprezo do capital pela força humana que trabalha, seja no modelo fordista de produção, onde a exploração era explícita, seja no modelo Toyotista, cujo discurso encobre as condições desumanas vividas por muitos trabalhadores.

1.6 Impactos do regime de reestruturação produtiva: a vida sem o trabalho e o trabalho no centro da vida

Para Ricardo Antunes (2004, p. 80-81) a reestruturação produtiva no Brasil, com a precarização das relações de trabalho, a intensificação de ritmos, a perda de postos de trabalhos, inovações tecnológicas, a microeletrônica, a robótica e a automação presente na atual fase de reprodução do capital no plano nacional e internacional ampliam a precarização do trabalho. Essa razão destrutiva aliena ainda mais o trabalho humano, apresentando um quadro de miséria e de destruição da própria vida.

Marx, complementa que as consequências do desenvolvimento do processo de trabalho, apontam para as contradições presentes nesse contexto de falsa liberdade do trabalhador, argumentando que:

A economia política oculta a alienação na característica do trabalho enquanto não analisa a imediata relação entre o trabalhador (trabalho) e a produção. É evidente, o trabalho produz coisas boas para os ricos, mas produz a escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas chupana para o trabalhador. Produz beleza, mas deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas encaminha uma parte dos trabalhadores para um trabalho cruel e transforma os outros em máquinas. Produz inteligência, mas também produz estupidez e a cretinice para os trabalhadores. (MARX, 2001, p. 113).

A precarização das relações de trabalho com demissões constantes, trabalho por tempo determinado, desemprego, terceirização, perda de direitos sociais e trabalhistas são expressões de um conjunto de efeitos das relações de trabalho. É importante advertir que no cenário produtivo brasileiro convivem as novas tecnologias do processo de acumulação flexível e sua forma estruturante de trabalho com processos de trabalho fordista/taylorista clássicos.

O trabalhador é fortemente afetado nesse processo de exploração da vida social pela investida do grande capital. O desafio posto para a classe trabalhadora é o de retomar seus instrumentos de luta, no âmbito da autonomia e da independência de classe. O grande desafio para a classe trabalhadora é a retomada das lutas imediatas por direitos sociais e trabalhistas, bem como sua perspectiva histórica de luta anticapitalista no horizonte de uma sociedade emancipada de auto-organização dos indivíduos.

O fortalecimento dos sindicatos, que antes era essencial para o pacto conciliatório e para negociações coletivas, pareceu ter criado um entrave material insuperável. As instituições estatais, que outrora garantiram a cooptação dos trabalhadores, pareciam estar, agora, resistindo ao capital, perdendo, com isso, sua função instrumental de permitir a expansão da acumulação do capital. O desmantelamento sindical é explanado por Amauri Mascaro Nascimento (2005, p. 92).

Nesse sistema sindicatos, federações e confederações eram como degraus de uma escada que desembocaria na corporação. Com essa medida procurou o Estado ter em suas mãos o controle da economia nacional, para melhor desenvolver os seus programas de política econômica e trabalhista. Para esse fim julgou imprescindível evitar a luta de classes; daí, a integração das forças produtivas, os trabalhadores, empresários e profissionais liberais, numa unidade monolítica e não em grupos fracionados e com possibilidades estruturais conflitivas.

Com a reestruturação do capital à precarização do trabalho implica a falta ou redução de direitos e garantias do trabalho bem como a precariedade da qualidade no exercício da atividade laboral, na qual podemos assinalar a descontinuidade do trabalho, a falta de controle sobre as tarefas, a baixa remuneração e a falta de proteção do trabalhador.

É a sua individualidade, a sua subjetividade, que deve ser constituída e comandada. “O trabalho de produção material, mensurável em unidades de produtos por unidades de tempo, é substituído por trabalho dito imaterial, ao qual os padrões clássicos de medidas não mais podem se aplicar.” (GORZ, 2005, p. 15). O trabalho produz uma relação social e, assim, constitui-se em formas imediatamente coletivas e não existe senão sob a forma de rede e fluxos. E atingiu nova visibilidade após a reestruturação do trabalho pelos efeitos do próprio trabalho.

Essas evidências podem indicar aspectos dessa reestruturação produtiva em termos da regulamentação das relações de trabalho, como, férias coletivas e bancos de horas, por exemplo, e em termos da precarização das situações laborais, como a baixa remuneração com relação ao tempo de trabalho remunerado.

1.7 As relações sociais no contexto da reestruturação: o trabalho como centralidade

Na relação entre trabalho/capital os operários consomem o seu trabalho e são consumidos por ele e, desse processo, resulta mão de obra intensa que os colam ao

trabalho e faz com que este ocupe uma centralidade marcante na vida desses trabalhadores, definindo e estabelecendo a vida deles, e cujo efeito é muito mais que uma flexibilização dos seus modos de viver.

A disponibilidade para o trabalho é uma das principais estratégias para manter o emprego. O tempo de trabalho intensificado e a densidade do labor realizado, aos poucos, desmancham as bordas do tempo de trabalho e não trabalho. Por um lado, descortina-se o fantasma do desemprego e da desproteção e, por outro, uma servidão voluntária (HARVEY, 1989, p. 39).

O trabalho é experimentado como central na organização da vida desses trabalhadores quando a ele é atribuído o crescimento pessoal, familiar, social e financeiro. Os trabalhadores vivem o efeito das transformações contemporâneas do trabalho no atual contexto da sociedade de consumo “Na medida em que a categoria de cidadãos passa a ser reservada a consumidores e enormes parcelas da população estão fora do consumo – até porque não são consumidoras sequer de bens básicos necessários à sobrevivência [...]” (GERSCHMAN, 1997, p. 57). Nesse sentido, o esforço de manter a atividade produtiva transforma-se no consumo do trabalho que consome a vida desses trabalhadores.

Fora da vida laboral, esses trabalhadores experimentam os efeitos da reestruturação, com o pouco tempo que têm para a família e para o lazer; apontando para a necessidade constante de busca de conhecimento para inserção no mercado de trabalho e para manter-se nele. O vínculo empregatício não é mais uma garantia, não existe mais estabilidade, independente do tipo de contrato. A precarização é experimentada como uma naturalização, decorrência natural do mundo do trabalho.

Tudo isso junto só faz acentuar as dificuldades insuperáveis que qualquer esforço dirigido à “reestruturação da economia” enfrentará, tal como se apresentam sob essa dimensão crucial do capital global. Pois o problema da reestruturação não pode ser considerado a não ser de forma abrangente, em todos os sentidos da palavra, desde que nos confrontamos, em realidade, com uma rede imensamente complexa e contraditória de dependências recíprocas em escala global, com problemas e demandas multiplicadores e intensificadores em cada área particular, que atualmente estão muito além do controle de qualquer “centro” singular, não importa quão poderoso e avançado seja. (MÉSZÁROS, 2011, p. 87).

A relação entre trabalho/capital remete à análise dos modos como os trabalhadores vivenciam suas experiências de trabalho e a elas dão sentido, enfocando o modo como eles fazem a experiência de si mesmos e seu modo de viver que caracterizam as relações de poder em uma dada sociedade. E está em

permanente transformação, mudando historicamente de formas diferentes em determinados países e regiões.

O trabalho implica pensar os modos como às reestruturações do capitalismo engendram a produção de uma nova perspectiva, pois cada transformação social implica novas reconfigurações, com diferentes sentidos, assim como seu potencial de resistência e de transformação. Compreende os modos de produzir de forma a colocar-se como elemento central na atual organização do trabalho, transformando o trabalhador em colaborador, polivalente, participativo, flexível e altamente especializado. As empresas e os trabalhadores aparecem com semelhanças perfeitos do sucesso e da competência, mostrando-se como elementos perfeitos para produzir e consumir.

Dessa forma, torna-se mais difícil a construção de modos de resistência coletivos, seja pela fragilidade na estabilidade dos vínculos, pela debilidade que a precarização do trabalho acarretam ao trabalhador. Tanto as empresas, como os trabalhadores, colocam-se numa posição de objetos. Objetos de consumo a serem consumidos e que, nesse consumismo, ambos se auto consomem, numa realidade precarizada e imediatista. E a partir da relação de poder do capital, implica na forma de refletir a liberdade e da subordinação, produzindo as relações de poder. István Mészáros (2011, p. 70) argumenta que:

Na verdade, não poderia ser de outra forma. Enquanto os problemas do trabalho são meramente avaliados em termos parciais (ou seja, como questões locais de grupos fragmentados, estratificados e divididos de trabalhadores), eles permanecem um mistério para a teoria, e nada além de causa da crônica frustração na prática social politicamente orientada.

A sociedade não pode ser “adequada” somente para uns poucos. Carece atender as necessidades de um número maior de cidadãos, independentemente de origem cultural, étnica, social etc. Uma sociedade que deixa seus cidadãos ao desamparo absoluto, não serve como projeto de nação. De acordo com Adam Smith (1983, p. 106) filósofo e economista britânico:

Toda perturbação da distribuição natural do capital é obviamente prejudicial para a sociedade na qual ela ocorre, seja, por afastar de um comércio específico o capital que, caso contrário, nela seria aplicado, seja por atrair para uma atividade particular o capital que de outra maneira não seria nela aplicado.

A descentralização do espaço físico da indústria e a concentração de capital compõem o desafio mais intenso que o capital institui para a classe trabalhadora. Atualmente a motivação exploradora da introdução de novas tecnologias se mostra na mobilidade do capital para regiões que oferecem mão-de-obra mais barata, possibilitando, por um lado, uma maior lucratividade para a mercadoria, na internacionalização da economia e do capital, bem como, um aumento na exploração da classe trabalhadora.

Outra decorrência que se evidencia, no caso brasileiro (sito Franca S/P), é o processo de desindustrialização que vem sucedendo em grandes centros industriais, com a migração das empresas para outros “Estados do Nordeste, como o Ceará e a Bahia”, que oferecem isenção de impostos, redução nos custos, e força-de-trabalho mais barata (ANTUNES, 2004, p. 18).

O modo de trabalho contemporâneo sugere sobre como o indivíduo está envolvido com o seu trabalho, de que forma tenta dar conta dele, que sentidos esse trabalhador coloca ao seu trabalho e que sentido esse trabalho está fazendo nos modos de viver e de organizar a vida. Visto que o trabalho está relacionado aos aspectos culturais e históricos de cada região.

1.8 *Welfare State*: regulação e intervenção do Bem-Estar Social

Segundo Paulo Netto (1994) na expansão do processo do capitalismo, o Estado assumia uma variedade de obrigações, desenvolve políticas sociais e de emprego de acordo com as exigências de produtividade e de lucratividade das empresas sob a égide do grande capital. Essa intervenção, longe de ser universal, é voltada para a força de trabalho economicamente ativa e inserida no sistema produtivo.

Welfare State, regulação e a intervenção estatal keynesiana, consubstanciada no Estado de bem-estar social, ocorre nos países centrais do capitalismo, operando uma gestão social do sistema e concretizando em:

Estado com forte iniciativa no campo de políticas sociais redistributivas e com pronunciada intervenção por serviços e equipamentos sociais, fiador de controles tributários sobre o capital e articulador institucional de parcerias entre capital e trabalho, sobre a base do jogo político democrático. (PAULO NETTO, 1994, p. 98).

A questão que é posta é a credibilidade para o capital, é a maneira em que o contexto internacional começa a reestruturar suas políticas internas. O Estado de Bem-Estar Social, continua dessa maneira a ser uma referência importante na concretização dos direitos de cidadania. “O caso da Grã-Bretanha, aliás, é paradigmático, pois em nenhum outro país europeu se deu uma reforma do sistema de Welfare tão alardeada quanto lá, a partir de 1986.” (VIANNA, 1997, p. 159).

Conforme argumenta Gerschman (1997) as transformações econômicas e sociais acontecidas na década de 1970, com um processo de desgaste tem raízes profundas e causas complexas, agregadas ao acirramento da concorrência mundial no mundo capitalista e ao emprego de novas tecnologias, configurando o neologismo de Terceira Revolução Industrial, contribuíram para assegurar e moldar o processo de acumulação do capital e:

As já referidas reformas da seguridade social em alguns países fornecem evidências de que as respostas não tem sido unívocas, são políticas, e mais: a maior ou menor vulnerabilidade dos *Welfare States* aos ditames no novo contexto econômico tem a ver com a vitalidade dos mecanismos neocorporativos (ou equivalentes funcionais) que sempre lhes deram suporte. (VIANNA, 1997, p. 162).

O Estado de Bem-Estar Social aqui descrito indica que:

Nos países periféricos, incluindo-se aí a América Latina, e entre eles o Brasil, o Welfare State não se consolidou, já que suas economias encontravam-se subordinadas ao capitalismo monopolista, ainda que tivessem um Estado com algum sistema de proteção social. (ABRAMIDES; CABRAL, 2003, p. 4).

No Brasil, a necessidade de um eficiente sistema público de seguridade social é inegável. Contudo, se as observações anteriores se constatam, há que alterar as estratégias para consolidá-lo. Robustecer mecanismos de proteção social não estigmatizadores – ou seja, construir um Welfare State – na época atual e diante do contexto de globalização já constitui, per si, empreendimento complexo. Fazê-lo num país onde a privatização se estende tão rápida quanto desordenadamente e o particularismo dos interesses vem atropelando em ritmo acelerado muito do que se julgava estar enraizado na cultura nacional (como o velho corporativismo do Estado), se afigura um mais que árduo desafio. (VIANNA, 1997, p. 172).

A aceleração da reestruturação capitalista tornaria decrépito o sonho de um Estado Social. A reestrutura econômica impõe a reorganização e o enfraquecimento dos estados de Bem-Estar Social. E na década de 1980 sinaliza uma ruptura violenta com a evolução antecedente.

A vontade de destruir o alicerce do estado Social é claramente afirmada pelos dirigentes políticos. A proteção social é apresentada como contrária à liberdade e à responsabilidade individual e denunciada como causa maior da estagnação econômica. (MERRIEN, 2007, p. 143).

Todavia, ao tratar da crise do Estado de Bem-Estar Social, não se pode subestimar a capacidade do capital, os seus mecanismos institucionais e políticos de estabelecer limites à retração do *Welfare State*. Faria (2007, p. 51) assinala que:

Depois que os mais enérgicos esforços de Thatcher e Reagan para desmontar o *Welfare State* na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos acabaram deixando relativamente intactas as instituições de bem-estar, alguns autores passaram a afirmar que o Estado de Bem-Estar, que enfrenta dificuldades desde meados dos anos 1970, está sendo reestruturado muito mais do que desmantelado ou destruído.

Os processos de ajustes e reestruturação produtiva “[...] têm constituído a essência das políticas de reforma econômica em vigência em todos os países centrais e periféricos [...]” (ALMEIDA, 1997, p. 177), está abalizada em aumento de produtividade, qualidade, eficiência, novas formas de tecnologia, efetivando-se por intermédio das inovações tecnológicas. Segundo observa Célia Almeida (1997, p. 177), “Todas essas dimensões exigem mudanças institucionais profundas e têm sérias consequências para o desenvolvimento econômico, político e social do mundo.”

A reestruturação produtiva assinala-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, diferentes mercados e, principalmente, taxas intensificadas de inovação tecnológica, comercial e organizacional. Abrange, também, rápidas alterações dos padrões desigual de desenvolvimento, tanto entre setores como entre regiões geográficas, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas.

Desse processo de trabalho incide essencialmente a precarização e a desestruturação das relações de produção e de implicação da força de trabalho. As consequências desse processo beneficiam o processo de flexibilização do trabalho que conduziu à desregulamentação de direitos trabalhistas e sociais: reduzindo o quantitativo do operariado, estimulou o trabalho precário e ampliou o desemprego estrutural, entre outras perdas trabalhistas.

O novo período encontrava maior flexibilidade nos mercados de trabalho (contratos temporários, mão-de-obra doméstica e imigrante), processos de fabricação (mudança de fábricas para outros países, produção a toque de caixa), produção de mercadorias (lotes em consignação) e acima de tudo nas operações financeiras desregulamentadas, ou seja, no mercado de dinheiro e crédito. (ANDERSON, 1999, p. 94).

A concorrência e a competitividade globais produzem a precarização e a destruição sem precedentes na era moderna, da força humana que trabalha e a deteriorização crescente que devasta o meio ambiente, na relação do homem com a natureza no processo de produção de mercadorias e valorização do capital.

1.9 Programática neoliberal em consenso com a acumulação capitalista

O processo de reestruturação do capitalismo institui dois tipos de adequação estrutural distintos, mas intrínsecos ao movimento do capital. O primeiro advém da esfera da produção, denominada como reestruturação produtiva, base material da sociedade e já exaustivamente debatido nesse capítulo, e o segundo na esfera política do Estado, referenciado ao neoliberalismo.

O surgimento do neoliberalismo acontece após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e na América do Norte, como manifestação contra o Estado de Bem-Estar Social, amparado pela social-democracia, no modelo keynesiano. István Mészáros (2011, p. 84) observa que:

O período de desenvolvimento do pós-guerra foi preenchido pela habilidade do capital em ativar imensos recursos humanos e materiais, antes reprimidos ou latentes, em seus propósitos de autoexpansão, ampliando e intensificando as áreas de atividade econômica produtiva em todo o mundo, tanto pelo incremento da grandeza absoluta da força de trabalho quanto pela sua produtividade relativa. Enquanto tal processo de autoexpansão produtiva pudesse avançar sem impedimentos, não haveria problema que o capital não pudesse, em princípio, superar.

A teoria e a ideologia proposta nesse ideário neoliberal era uma reação as raízes da crise que se originava no movimento operário e no poder dos sindicatos, que reivindicavam melhores salários, condições de vida e trabalho e aumentavam os gastos sociais, assumidos pelo Estado. Perry Anderson (1995, p. 10) acentua que o propósito era de "[...] combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro."

A raiz do neoliberalismo agressivo está na perigosa diminuição do intervalo entre a desatravancada expansão do capital e o crescimento de amortecedores de conflitos, o que leva o sistema a ter cada vez menos capacidade para gerir, sem aventureirismo destrutivo, seus principais problemas estruturais. (MÉSZÁROS, 2011, p. 107).

Contudo, os ideais neoliberais passam ao plano da ação programática no ano de 1973, quando o mundo capitalista passa por uma crise estrutural, com longa e profunda recessão, combinando, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação (ANDERSON, 1995, p. 12). “As coisas tiveram que mudar dramaticamente, contudo, quando a própria ‘produtividade’ crescente principiou a conflitar com a exigência de ampliação (ou mesmo apenas de manter estacionária) da força de trabalho.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 84).

Com Margareth Thatcher, em 1979 na Inglaterra e Ronald Reagan, em 1980, nos Estados Unidos, inicia-se a implantação do neoliberalismo, permitindo ao grande capital conceber um plano internacional de expansão. Na América Latina, sua execução mais severa inicia-se em 1989, para dar cumprimento ao Consenso de Washington 1989, aprimorado com o Dissenso de Washington, 2000, que responde aos ditames do Banco Mundial e do FMI e consolida-se com novos espaços de exploração do capital privado e na difusão da presença do Estado na economia (MÉSZÁROS, 2011 p. 179).

De acordo com Paulo Netto (1994) a programática neoliberal no estado mínimo e mercado máximo é a expressão do processo da reestruturação do capital que vincula economias nacionais e internacionais em nova divisão social do trabalho. Paulo Netto (1994, p. 75) complementa que “[...] o mercado é entronizado como instância societal mediadora por excelência no plano econômico e no plano político, sacralizando o Estado mínimo.”

O projeto neoliberal rege-se pela soberania do mercado, com uma política econômica monetarista com ampla privatização de empresas estatais, onde o Estado mínimo e o máximo do mercado são elementos constitutivos do grande capital. Na América Latina efetiva-se com base em estabilidade monetária, disciplina fiscal, reforma tributária, redução de gastos públicos, liberalização financeira e comercial, alteração das taxas de câmbio, privatizações e desregulamentação, investimento direto estrangeiro.

No Brasil a ofensiva neoliberal inicia-se no final do governo José Sarney e perpassa os governos Fernando Collor e Itamar Franco, aprofundando-se e consolidando-se com Fernando Henrique Cardoso de 1994 a 2002.

Na agenda da transição para a democracia as políticas sociais se revestiram de um caráter salvacionista – expresso no slogan adotado pelo primeiro governo da Nova República, o “Tudo pelo Social” –, para elas concorrendo o ‘ímpeto reformista’ do momento. (VIANNA, 1997, p. 169).

Sua implantação vem imprimindo uma política monetarista com ajustes econômicos efetivados com base na oferta monetária, na privatização de estatais, no corte nos gastos sociais, na transferência de renda e de patrimônio público para o setor do capital privado, na quebra de monopólios com a entrada do capital estrangeiro, na privatização de setores estratégicos associada à internacionalização, como, petróleo, telecomunicações, siderurgia, mineração, na sobrevalorização da taxa cambial, na mercantilização de políticas sociais, na área da assistência, na privação de direitos sociais, sítio, educação, saúde, previdência, assistência e na desregulamentação de direitos sociais e trabalhistas. O neoliberalismo consolida o Estado mínimo para os trabalhadores e o Estado expandido para o capital.

A globalização “ofensiva neoliberal” é resposta econômica à “crise”, originada da necessidade de o capital intensificar a exploração dos mercados existentes e de explorar novos mercados, tendo como objetivo garantir a permanência do processo de acumulação e da centralização da “ordem do capital”. (PAULO NETTO, 1994, p. 76, 85).

No capitalismo as condições da classe trabalhadora e sua própria condição de classe são afetadas pelo caráter destrutivo do capital, com a exploração da força de trabalho, e o Estado a serviço da ordem burguesa determinam o modo de viver do trabalhador. A força de trabalho é considerada mercadoria básica no processo de produção capitalista. A força de trabalho é para ser consumida e substituída na medida de seu desgaste, como qualquer outro componente do processo de produção.

O valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário à sua manutenção e a de sua família. Lançando à máquina todos os membros da família do trabalhador no mercado de trabalho, reparte ela o valor da força de trabalho do homem adulto pela família inteira. Assim, desvaloriza a força de trabalho do adulto" (MARX apud RIBEIRO, 1997, p. 104).

O que está em jogo não é realmente a eficiência do capital, que pode ser aperfeiçoada pela maior ou menor realocação drástica dos recursos econômicos, mas, ao contrário, a verdadeira natureza de sua produtividade: uma produtividade que necessariamente define a si mesma por meio do imperativo da sua implacável autoexpansão alienada como produtividade destrutiva, que sem cerimônia destrói tudo que esteja em seu caminho. (MÈSZÁROS, 2011, p. 85).

No capitalismo o trabalho é entendido como intrínseco do trabalhador ao capital no processo produtivo de exploração do trabalho humano e vazão da mais-valia, mas também compreendido como polo de resistência e luta dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho, em que o trabalho é parte constitutiva desse processo.

**CAPÍTULO 2 IMPACTO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NA INDÚSTRIA
DE CALÇADOS: EXPLICITANDO AS MUDANÇAS NA
ORGANIZAÇÃO E RELAÇÕES DE TRABALHO**

Os caídos que se levantem! Os que estão perdidos que lutem! Quem reconhece a situação como pode calar-se?
(Bertold Brecht)

2.1 Novas formas do processo de produção na reestruturação do capitalismo: terceirização

O processo de produção capitalista passa a ser enxuto objetivando a produtividade e qualidade, devido à competitividade do mercado, o aumento do desemprego e um aumento da exploração do capital sobre o trabalho. Há uma hierarquização de trabalhadores, assim, como de salários, pois os que são qualificados são valorizados por sua experiência, todavia a maioria dos trabalhadores sem qualificação são contratados com baixas remunerações salariais.

O ambiente de trabalho foi se alterando e a classe que vive do trabalho sente cada vez mais as consequências das mudanças da reestruturação do capitalismo, como aumento da qualificação, produtividade e lucratividade, onde os trabalhadores têm que optar entre a possibilidade de ficar desempregado, ou, aceitar as condições a que são expostos.

As fábricas anuíram às novas formas do processo de produção para avaliar seu poder de competição no mercado e seu poder de acumulação. Assim sendo, a busca por uma maior flexibilização da produção e das relações de trabalho tem levado a um processo cada vez maior de descentralização das indústrias, através da externalização de fabricação. Conhecida pelo neologismo de terceirização.

Pode ser considerado como “um neologismo” criado para significar a forma de transferir a responsabilidade da contratação de serviços até então assumidos pela empresa contratante, para outras empresas intermediárias, que se interpõem a relação única que deveria existir entre prestador de serviços (o empregado) e o beneficiário dessa prestação (o empregador). (KALUME apud RÜDIGER, 1999, p. 174).

Mas o que apreendemos por terceirização?

Os sociólogos Paula Marcelino e Sávio Cavalcante (2012, p. 331), definem terceirização como “[...] todo processo de contratação de trabalhadores por empresa interposta, cujo objetivo é a redução de custos com a força do trabalho.” E ainda, Marcelino e Cavalcante (2012, p. 332-333) esclarecem que:

Segundo Leiria e Saratt (1995), o criador do termo “terceirização” foi Aldo Sani, engenheiro e diretor superintendente da Riocell – empresa de celulose de Guaíba (RS) – no início da década de 1970. A palavra “terceirização” é

um neologismo; sua origem é o latim terciariu, derivada do ordinal tertiarium. Ao que tudo indica, esse neologismo é uma exclusividade brasileira; em todos os outros países o termo usado refere-se à relação entre duas empresas, ou seja, é sempre a tradução da palavra subcontratação: em francês, soustraitance, em italiano, subcontrattazione, em espanhol subcontratación, nos Estados Unidos, outsourcing, em Portugal, subcontratação.

Essa é uma realidade que não modificou nos últimos anos, existem muitos prestadores de serviço irregulares que por sua vez subcontratam mão-de-obra para trabalhos em domicílio, pois os trabalhadores que ficam sem acesso ao trabalho formal tem que adaptar a uma nova realidade produtiva: a terceirização. Vera Navarro (1998, p. 178). Vem afirmar que:

Em meio à aceleração do processo de reestruturação produtiva, a partir dos anos 90, assistimos a um crescente movimento de descentralização da produção que passa a ser denominado pelo neologismo de “terceirização”, cujo padrão adotado no Brasil tem sido referenciado como ‘fraudulento’, ‘espúrio’ e ‘predatório’, por buscar a redução de custos através da exploração de relações precárias de trabalho que se objetivam em diferentes formas: na subcontratação de mão-de-obra; nos contratos temporários de trabalho; na contratação da mão-de-obra por empreiteiras; no trabalho em domicílio; no trabalho por tempo parcial e no trabalho sem registro em carteira, mecanismos esses que buscam neutralizar a regulação estatatal e a sindical e que colocam em risco uma série de direitos sociais e trabalhistas, duramente conquistados.

O termo terceirização transmite a ideia de uma permissão de algo a um terceiro, ou seja, a imagem de um primeiro e de um segundo. Dessa feita, na terceirização há um repasse de produção de uma empresa a outra. Na economia brasileira o termo é ainda usado como moderno e novo, e no senso comum como aparece com um significado positivo. Todavia, pode-se observar que:

No Brasil, a maioria das empresas que terceirizaram, fizeram-no como o objetivo de apenas reduzir custos, sem se importarem para o processo adequado de terceirização, o que tem provocado graves consequências, tanto no âmbito intra-fábrica, no que diz respeito à condição de trabalho, quando no âmbito extra fábrica, no que se refere emprego e ao mercado de trabalho. (LARA, 2005, p. 115).

A terceirização normalmente é vista como a solução para diversos males da economia e como justificativa para repassar os aspectos negativos da economia de mercado (MARCELINO; CAVALCANTE, 2012). Este tipo de reestruturação promove uma transformação do mundo do trabalho para outras esferas da vida. Esse tipo de

reorganização impôs um alto custo social e trabalhista no setor calçadista de Franca. Entre eles o trabalho terceirizado em domicílio.

2.2 Impacto da reestruturação produtiva: intensificação do trabalho nas indústrias calçadistas

O processo de reestruturação produtiva se expandiu mundialmente e as fábricas de calçados de Franca/SP também tiveram que se reorganizar com o objetivo de manterem sua produção e seus lucros. Esse processo de terceirização tem levado à intensificação do trabalho na maioria das indústrias de calçados de Franca e sofre um desdobramento, quando o processo de reestruturação produtiva exige uma produção de calçados de melhor qualidade com preços competitivos no mercado. Esta foi uma estratégia usada pelas indústrias calçadistas com o intuito de garantir a acumulação de capital, aumento da lucratividade e o seu poder de competitividade no mercado.

O processo de terceirização em curso no país, na sua variante “espúria”, intensifica a extorsão de mais-valia absoluta e o comportamento da indústria calçadista francana diante dessa nova lógica do mercado serve de exemplo, pois naquele ramo industrial a subcontratação ou terceirização, como tem sido referenciada ultimamente, é velha conhecida e convive com formas não especificamente capitalistas de exploração do trabalho, como o trabalho em domicílio, que pode, ou não assumir características de trabalho familiar. (NAVARRO, 2006, p. 413).

O impacto mais incisivo da reestruturação do capitalismo neste setor produtivo local é notada por fatores bastante particulares, consideradas as características desse processo em nível mundial. É possível analisar um intenso aumento de trabalhadores terceirizados especializados na fabricação de calçados. As consequências dessa reestruturação para a classe trabalhadora vão ser drásticas, com elevação das taxas de desemprego e um notável aumento da informalização do trabalho, com a prática de se retirar da fábrica e transferir para o domicílio ou para “bancas”² produção de alguns serviços, o que chamamos de terceirização. Acerca da expressão desse fenômeno na indústria calçadista de Franca, Agnaldo de Sousa Barbosa (2013, p. 49) diz o seguinte:

² **Bancas** – Termo usado em Franca S/P para o local produtivo que algumas indústrias calçadistas repassam determinadas etapas da produção do calçado. Na maioria das vezes são montadas nas residências, ou seja, nos cômodos disponíveis da casa: garagem, sala, cozinha, quartos, etc.

A expressão mais contundente da reestruturação do capitalismo no pólo calçadista de Franca obedece, então, a uma dupla dinâmica, marcada por elementos bastante singulares consideradas as características desse processo em escala global. É possível observar, por um lado, uma intensa fragmentação do tecido empresarial representada pela predominância absoluta de micro e pequenas empresas especializadas na fabricação de calçados. Por outro, essa dinâmica tem como substrato importante a hiperintensificação da subcontratação, localmente também chamada de “terceirização”, ou seja, a realocação de parte do processo produtivo por meio da subcontratação de empresas e/ou pessoas especializadas na realização dos mais diversos serviços próprios a essa indústria: pesponto, corte, chanfração, entre outros.

Segundo Engler e Silva (2008), podemos observar um empenho nas indústrias calçadista em diminuir os encargos trabalhistas e, dessa maneira, aumentar intensamente a produção, mas às custas de redução considerável no número de empregos formais – implicando na informalização do setor, bem como da intensificação do trabalho. Parte da produção foi transferida para a casa do trabalhador. Este processo tem implicado no repasse de parte do processo de fabricação do calçado realizado dentro da fábrica para a residência dos trabalhadores. Nesse aspecto, Vera Navarro (1998, p. 148) observa:

[...] fator que tornava atraente a subcontratação de trabalho pelas indústrias de calçados devia-se à redução dos custos do trabalho direto das empresas contratantes, dos encargos sociais, do re-trabalho, despesas com a admissão, treinamento e demissão de trabalhadores: esses encargos eram repassados para os proprietários das bancas na mesma proporção em que o trabalho a ser executado.

Samuel Fernando de Souza (2003, p. 82) também corrobora tal perspectiva ao salientar que nesse período “[...] as maiores empresas terceirizaram parte da produção, economizaram em encargos trabalhistas e incrementaram sua estrutura produtiva, incorporando capital e qualificando seus quadros.” Nesse escopo as fábricas de calçados levaram o processo de transferências de diversos tipos de serviços para fora do seu âmbito físico.

A transformação da noção espacial de fábrica, ou seja, a fábrica entendida como instituição que visava à produção de determinado gênero industrial não era circunscrita a determinado espaço, transcendia e abarcava como espaço de produção, a casa do trabalhador. (SOUZA, 2003, p. 68).

Não possuindo liquidez para pagar suas dívidas, algumas fábricas de calçados faziam acordos com os seus trabalhadores e algumas delas forneciam bens – couro, calçados e suas máquinas antigas e usadas – como forma de pagamento,

engendrando um estímulo para os trabalhadores irem trabalhar em suas residências. As máquinas, em sua maioria, eram usadas, vendidas a preços mais acessíveis, mas, por conseguinte, por si só representava o capital constante para o início da produção em sua casa. O que os incentivavam a constituírem o que é conhecido em Franca por “banca”, de forma muito satisfatória, já que o dono da banca, como ex-funcionário conseguia atender perfeitamente as exigências de produtividade e qualidade de seu patrão, pois fornecia “[...] por algum tempo produtos e/ou serviços à sua antiga empresa.” (BERNARDO, 2004, p. 123).

A princípio, a ideia do trabalho autônomo passa a visão de ser mais rentável, pois os trabalhadores poderiam lucrar mais, já que eram remunerados por par de calçado fabricado.

A ideia que o trabalho por conta é melhor e está isento de submissão ou que é melhor remunerado e, ainda, que as mulheres poderiam trabalhar sem sair de casa. Portanto, poderia continuar realizando as tarefas que tradicionalmente lhes foram confiadas, conciliando a dupla jornada de trabalho. Esses ideais largamente propagados se esbarraram nos benefícios reais obtidos pelos trabalhadores. (LOURENÇO, 2012, p. 7).

Esse sentimento de vantagem para o trabalhador terceirizado deve-se, em grande medida, a aparente característica de convergir com as perspectivas da família nuclear: ou seja, a mulher, normalmente o marido ou companheiro, os filhos e muitas vezes parentes bem próximos. E dessa forma, a mulher pode preparar o almoço, jantar, sair para ir ao médico ou levar os filhos a algum lugar, comparecer à reunião escolar e, principalmente, cuidar diariamente sem precisar levar a creches ou mesmo ter que pagar alguma cuidadora (babá) e levar os filhos a escola. No depoimento das trabalhadoras em bancas, Maria e Joana³, entrevistadas para essa pesquisa, vemos a ideia sobre vantagens de trabalhar em casa:

Só nesse ponto que a gente faz o horário, se tiver que sair, se tiver que fazer alguma coisa a gente pode fazer durante o dia né e trabalhar mais a noite, mas é mais desvantagens do que vantagem. Só nesse ponto aí de carteira registrada, os direitos trabalhistas, não tem igual. (Maria).

Ah. A vantagem, pra mim, é de eu poder estar em casa entendeu? E para não precisar dos meus filhos ficar com page, com escolinha, essas coisas. Para mim é bom, é importante. E a desvantagem é que a gente acaba trabalhando demais né. Eu acho.

Para trabalhar em casa, ficar com meus filhos, é mais fácil, pra não ter que por em escola, creche. (Joana).

³ Os entrevistados foram referenciados por nomes fictícios para resguardar as suas identidades; garantindo o sigilo ético da pesquisa científica.

E é corroborada pela afirmativa do Vereador Claudinei da Rocha ⁴

É porque ele consegue levar o filho na escola, ele consegue levar o filho no médico. Ah, mas ele vai estar perdendo hora de trabalho, mas ele perde uma hora, só que ele trabalha, ele vai até 6 horas da tarde, vai até 7 horas, vai até as 8 horas, ele, ele mesmo administra o seu tempo. Do que muito das vezes é, é submeter as normas de uma empresa, que tem horário né, tem horário e muitas das vezes não consegue. Eles se acham presos, eles acham que vão perder a liberdade. Só que na perda, é, eles não vão perder a liberdade né, só que eles vão ter o seu 13º, eles vão ter suas férias né, vão ter num futuro, o seu Seguro Desemprego né. Agora, com essa liberdade que eles estão tendo, entre aspas, eles tão perdendo muito dinheiro, e os empresários sendo beneficiado com isso.

Mas na hora que a minha ficha caiu, eu vi que eu tava era quebrando. Precisei vender máquina pra pagar funcionário, sabe. Por que? Eu vivi, eu vivi naqueles meses, naqueles anos de banca, momentos de ilusão, eu achava que eu estava ganhando, mas eu estava era me afundando, você acredita? Hoje eu estou só com umas duas maquininhas em casa, tive que vender tudo, pra não deixar sujar o meu nome né....

Remuneração maior de salários e maior flexibilidade de horário são alguns motivos que estimularam as pessoas a acolherem as novas condições de trabalho. Havia a ideia de que aqueles trabalhadores que trabalhassem em casa poderiam produzir mais pares de sapatos e, assim, ganhariam muito mais, afinal, esses trabalhadores são remunerados pelo número de pares confeccionados. Entretanto, o valor agregado à produção do calçado trouxe crescimento econômico aos donos do capital, o que não se refletiu da mesma forma com a mão de obra, pois a:

[...] subcontratação de trabalho pelas indústrias de calçados devia-se à redução dos custos do trabalho direto das empresas contratantes, dos encargos sociais, do retraining, despesas com admissão, treinamento e demissão de trabalhadores: esses encargos eram repassados aos proprietários das bancas. (NAVARRO, 2006, p. 179-180).

2.3 Unidades produtivas: o trabalho em domicílio e nas bancas

A unidade de produção, grande parte das vezes familiar, conhecida como "banca" foi o carro chefe da terceirização na cidade de Franca. A banca foi um dos fortes mecanismos de flexibilização da produção terceirizada do calçado no município.

⁴ O vereador Claudinei da Rocha foi entrevistado por suas iniciativas na Câmara Municipal voltadas a organização das bancas de pesponto, etc.

As bancas são unidades produtivas contratadas pelas empresas calçadistas para realizar determinadas operações envolvidas na produção de calçados de couro, principalmente aquelas que demandam mais trabalho vivo, como o pesponto e mesmo a costura manual. As chamadas ‘bancas de pesponto’ que cresceram numericamente no município desde o final da década de 1970, constituíam um conjunto bastante heterogêneo de unidades produtivas. Variava a área ocupada com suas instalações, o número de máquinas de que dispunham e a quantidade de trabalhadores com que contavam, fossem assalariados ou apenas os membros da família, como era comum nas bancas pequenas. Inicialmente, as grandes empresas calçadistas enviarão os serviços de pesponto para as bancas de maior porte, enquanto as pequenas, médias e micro-empresas calçadistas mandavam o pesponto para ser executado nas bancas de médio e pequeno porte e mesmo para trabalhadores a domicílio. (NAVARRO, 1998, p. 139).

É na banca de calçados que as condições de trabalho é precarizado e os mecanismos da flexibilização da produção, bem como as leis trabalhistas, confluem num tipo de terceirização doméstica. Ricardo Lara (2003, p. 42) corrobora que:

[...] as indústrias visaram a redução dos gastos intrafábrica, bem como, a diminuição dos números de trabalhadores, implicando na transferência de boa parte da produção para as bancas de pesponto, onde na maioria das vezes são montadas pelos antigos trabalhadores que foram demitidos da indústria. Esse movimento faz com que os trabalhadores saiam de dentro das indústrias, e vão para as bancas exercerem atividades sem carteira assinada e em condições precárias sem nenhuma proteção social.

As bancas de pesponto via-de-regra são formadas por ex-trabalhadores das indústrias de calçados, com o fim de iniciarem um pequeno empreendimento. Dessa maneira, “[...] o resultado disso é uma estrutura em que praticamente inexitem barreiras à entrada, o que permite que alguns ex-operários da indústria calçadista estabeleçam uma atividade autônoma, vendendo seus serviços para firmas de maior porte.” (GORINI et al., 2000, p. 8-9). Segundo Navarro (2006, p. 262) nas bancas “[...] a grande utilização do trabalho de mulheres, jovens e crianças contribui para o barateamento da produção, num quadro mais precário das condições e das relações de trabalho.” Ricardo Lara (2005, p. 62) faz um relato emblemático dessa modalidade de trabalho:

No setor calçadista, os trabalhadores das bancas e a domicílio em caráter clandestino são a representação clara do trabalho (in) visível. Esses estabelecimentos de trabalho que se expandiram intensamente nos anos de 1990 através da terceirização, foi a saída encontrada pelos empresários diante da reestruturação produtiva. Esse tipo de trabalho apresenta generalizadamente as seguintes características: subcontratação de tarefas, isto é, as empresas, por meio de acordos formais e informais, contratam atividades que são realizadas fora das fábricas, nas bancas e domicílios; as bancas têm como proprietário um trabalhador que, na maioria das vezes, foi demitido da empresa; então, o sapateiro, quando consegue, monta banca

por conta própria e, em seguida, subcontrata outros sapateiros: assim, a relação de trabalho afirma-se sem vínculo empregatício. As bancas se transformam em prestadoras de serviços, a relação se apresenta na forma de subcontratação e, para atender as empresas para as quais prestam serviços, emprega trabalhadores com base na precarização das relações e condições de trabalho.

O trabalho em domicílio e terceirizado, típico da fase pré-fabril ainda continua intensa na produção da indústria do calçado. Em muitos casos não se difere onde começa o espaço de produção e termina a casa e vice-versa. O ambiente doméstico se modifica junto com o processo produtivo do calçado e são muitas “trajetórias de vidas” que se iniciam nesses lugares de produção na busca por uma condição melhor. Conforme observa Alexandre Marques Mendes (2009, p. 65-66), “[...] nesse sentido a cadência social e cultural que a cidade vive é ampliada, influenciando não somente o aspecto produtivo, mas, sobretudo, a maneira de viver e pensar o mundo.”

Os denominados banqueiros⁵ prestam serviços para as fábricas de calçados de maneira informal. Em determinadas circunstâncias os trabalhadores construíram cômodos separados da sua residência para realização do trabalho. Os banqueiros retiram o sapato de dentro das fábricas e levam a produção para sua residência e na maior parte das vezes não possui nenhuma infraestrutura para a realização do trabalho repassada pelas indústrias calçadistas. “Essas bancas, é bom lembrar, são montadas, em sua maioria, em locais improvisados, pouco ventilados, contando com iluminação inadequada, oferecendo pouca proteção aos trabalhadores.” (NAVARRO, 2006, p. 263).

Dessa maneira estes banqueiros repassam para si as despesas da confecção do calçado, ou seja, aluga ou compra maquinário, compra de componentes indispensáveis para produção do calçado, utiliza sua água, telefone, energia elétrica, combustível, bicicleta, ou qualquer meio de transporte para buscar e levar a produção na fábrica, etc.

A transferência das atividades do corte do interior das fábricas para o domicílio dos sapateiros, além de penalizar o trabalhador pela existência de contratos que não garantem a consonância de fornecimento de trabalho, pela existência de intermediários que leva ao aviltamento dos salários,

⁵ O banqueiro é o trabalhador que compra o maquinário necessário para execução do serviço, cito: balancim de corte, máquina de chanfrar e de pesponto, etc. e monta a banca, ou seja, o dono da banca é responsável de estabelecer as relações entre banca e fábrica, como buscar, distribuir e levar a produção pronta. Observamos exemplo no depoimento do banqueiro e também vereador Claudinei da Rocha: "Agora colar peça eu sempre ajudei, ela pespontava e eu colava peça, e ficava mais dentro das empresas buscando serviço, porque sempre trabalhamos com um fluxo grande, então ficava sempre dando essa atenção, o relacionamento da empresa com a banca."

também penaliza ao fazê-lo arcar com os custos de instalação do maquinário em sua residência na maioria dos casos nas garagens ou nos fundos da casa. O local de trabalho e os demais locais da casa confundem, a exploração do trabalhador passa a não se restringir apenas ao espaço físico da indústria, agora está dentro da casa do trabalhador. (ENGLER; SILVA, 2008, p. 12-13).

As fábricas de calçados remuneram esses trabalhadores em suas residências normalmente por produção feita, ou seja, quanto mais produzir mais irá ser seu ganho salarial, ou seja, a produção do calçado é fruto de trabalhadores individuais que pegavam o sapato para executar essa tarefa com remuneração por peça. Geralmente o valor pago por cada peça de sapato produzida é baixo, fazendo com que o banqueiro trabalhe muito mais, não tendo horário para começar e nem para terminar a produção. Dessa maneira é comum trabalharem períodos que ultrapassam as oito horas diárias, até à noite e aos fins de semana, se privando do lazer e da vida familiar.

Independentemente do seu porte, as bancas vão estar submetidas às indústrias de calçados: são prestadoras de serviço, recebem normalmente por peça e o volume que realizam é aquele solicitado pelas indústrias, que também estipulam a remuneração pelo trabalho executado. O contrato estabelecido entre as indústrias e as bancas é apenas verbal, de pagamento por peça, podendo ser interrompido a qualquer momento, de forma mais arbitrária possível. (NAVARRO, 1998, p. 145).

Esse tipo peculiar do processo de terceirização afeta profundamente a vida pessoal do banqueiro, que sem perceber passa a ser mais explorado, pois este trabalhador em domicílio entrelaça a sua vida pessoal com o trabalho, distendendo as agonias, preocupações e angustias do trabalho para sua vida íntima e familiar.

Na maior parte das vezes os banqueiros trabalham sem direitos trabalhistas, ou seja, sem registro em carteira de trabalho – ou quando são registrados os encargos sociais são deduzidos de seus salários. Uma das trabalhadoras entrevistadas afirma que:

Não trabalho com carteira assinada porque é difícil trabalhar e alguém registrar a gente.

A vantagem de ser terceirizada é que a gente faz o nosso horário, e as desvantagens é que a gente não tem salário fixo e não tem carteira registrada, então a desvantagem é essa. E nem os direitos trabalhistas porque trabalhando em casa é difícil que alguém queira registrar a gente, alguma fábrica, mesmo que a gente trabalhe fixo elas quererem registrar a gente é difícil. (Maria).

Na realidade quem arca um alto preço são os trabalhadores, seja pelas frequentes subsunções de seus direitos trabalhistas, por defasagens salariais constantes pela difusão dos conflitos e angustias de seu cotidiano do mundo do trabalho para todas as esferas de sua vida, inclusive aos membros de sua família.

Ao transferir a produção para as Bancas, as firmas têm transferido também a responsabilidade social e trabalhista com os sujeitos envolvidos nesses processos de trabalho. Na Banca, predomina as relações familiares, de vizinhança, o que implica na baixa cobrança dos registros em Carteira de Trabalho e na oficialização das relações contratuais, mantendo esses trabalhadores na invisibilidade. (LOURENÇO; BERTANI, 2008, p. 9).

O trabalho informal terceirizado como o realizado nas bancas em grande parte não possui direitos trabalhistas, haja vista que não contribui com a Previdência Social, o que o torna desamparado e desprovido dos seus direitos sociais e trabalhista. Os donos das fábricas se desoneram dos gastos sociais do banqueiro, pois os encargos do mesmo se transferem para o próprio banqueiro que nem sempre tem condições de arcar com os custos.

Figura 1: Banca de pesponto calçadista



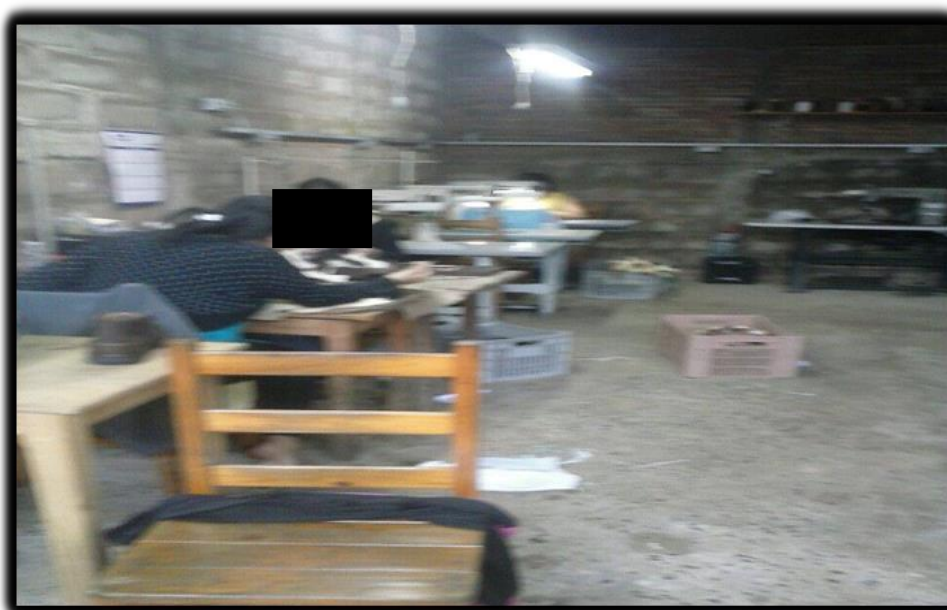
Fonte: Fotos tiradas de banca de pesponto, Édina Helena de Moraes Ferracioli (2016)

Figura 2: Banca de pesponto calçadista



Fonte: Fotos tiradas de banca de pesponto, Édina Helena de Moraes Ferracioli (2016)

Figura 3: Banca de pesponto calçadista



Fonte: Fotos tiradas de banca de pesponto, Édina Helena de Moraes Ferracioli (2016)

A maioria dos banqueiros desempenha função autônoma, sem vínculos empregatícios, porém prestam serviços para determinadas indústrias por vários anos. Estas se isentam de suas responsabilidades visando sempre lucros e menores custos com mão-de-obra. Observamos isso na fala do vereador Claudinei da Rocha:

Só que, os patrões não querem. Porquê é prejuízo pra eles, né...o empregado machuca, vai, vai pro pro Janjão, pega dois, três dias de atestado. E ele sendo, a banca, o dono da banca, ele é patrão. Então ele vai

furar o dedo e vai trabalhar com o dedo furado, porquê ele sabe que se ele não produzir, ele não vai ganhar. E na empresa, dentro da empresa ele tem todo o respaldo do sindicato, ele tem todo o respaldo da lei, né. Pro patrão, pro patrão é prejuízo, ele prefere manter as banca do jeito que estão, porque a margem de lucros deles é maiores, e quando ele, quando ele tem dificuldade é, é nas vendas, o que ele faz ? O único a ser afetado em questão de custo são as banca, porque ele tira um ilhóis lá do sapato e muda o nome do modelo, é o mesmo modelo, ele muda o nome do modelo e abaixa-se o preço e o banqueiro pega sorrindo, porquê ele não tem uma outra opção.

E é notável que algumas indústrias só se ocupam com a elaboração e desenvolvimento do calçado, sua comercialização e distribuição, deixando a cargo dos banqueiros terceirizados todas as etapas do processo de produção. Estas etapas produtivas no caso das bancas de pesponto em calçados são realizadas de forma quase artesanal e por isso demandam maior número de mão-de-obra de trabalhadores.

Observa-se que outro fator proeminente no processo de terceirização nas bancas de pesponto é a baixa necessidade de qualificação, assim como o fato de não apresentar restrições à faixa etária do trabalhador. Devido a estes fatores, esta se mostra a única alternativa possível para alguns trabalhadores se manterem "funcionais". O depoimento de uma das entrevistadas atesta esse fato:

Eu estou com cinquenta e cinco anos, e hoje as firma não pega a gente nessa idade mais. Então, eu preciso trabalhar, então tem que ser terceirizada. Agora já não é mais uma questão de escolha, é de necessidade, porque em uma fábrica é difícil pegar uma pessoa nessa idade.

Muita, porque hoje eles, eles quer gente novo né. Eles não se preocupam com a experiência. Quarenta anos eles já não pegam mais. A minha irmã tava em uma fila enorme procurando serviço na porta de uma fábrica, a hora que deu o horário já veio o rapaz do escritório falar, "Quem tem quarenta anos, mais de quarenta anos pode sair da fila porque a gente não admite." Quer dizer, não pode trabalhar até os dezesseis e até aos quarenta você tem que parar. (Maria).

Os banqueiros são vistos pelas indústrias como empresários, pois mantém funcionários, maquinários e organizam sua produção no tempo e no horário que desejam. Entretanto, esses trabalham em elevadas jornadas para manterem seus funcionários e sua produção, e após alguns anos de trabalho nas bancas, já não possuem disposição para trabalhar conforme as cobranças e imposições das empresas. E os proprietários de bancas que tinham funcionários não conseguiam pagar os salários destes, pois o preço do sapato quase sempre não tinha nenhum

reajuste de preço, fazendo com que ganhassem menos e trabalhassem sempre mais. O relato de um dos entrevistados evidencia essa questão:

Olha, prova disso oh, que eu tenho aqui oh, simples de impostos que eu não consegui pagar na época tá, eu tenho mais vinte prestações, eu tenho mais vinte prestação de 362\$, dívida dos impostos tá, que eu não consegui pagar na época. Isso aí já, já faz mais de três anos, até hoje eu estou pagando impostos, que eu não consegui pagar na época, porquê eu me preocupei com os encargo dos funcionários, e não sobrava dinheiro pra pagar os impostos. (Claudinei da Rocha).

Percebe-se que este processo de terceirização não era vantajoso, pois trabalhando em suas residências agregaram maiores gastos com maquinários, assim como, tiveram que arcar com os custos de materiais, pois custeiam materiais como cola, linha, entre outros para produzirem a produção que lhes cabiam, sem registro em carteira e qualquer outro direito trabalhista.

Desta forma, as consequências das formas de organização do processo de trabalho na saúde dos trabalhadores não apenas os destroem, mas acabam por arruinar todas as suas relações devido à falta de espaço para vivências significativas, para diálogos, resultantes do ritmo acelerado e dos discursos alienantes, que não somente esgotam o trabalhador fisicamente e mentalmente, como também provocam a competição entre eles. (MASUZAKI; CARVALHAL, 2009).

Conforme apontou a citação acima, os trabalhadores a domicílio e nas bancas são submetidos a um trabalho inseguro, não sabem o dia que vão receber o salário, o que causa profunda angústia e preocupação ao contar com o pagamento da sua força de trabalho. No depoimento a seguir o banqueiro conta uma experiência:

Esses dias, que uma pessoa chegou ne mim e falou: “Claudinei, não tem serviço, não acho serviço, eu vou me sujeitar a trabalhar para uma empresa, que chega o dia do pagamento e não paga, atrasa em quase um mês, só que paga, pelo menos eu vou ter ganho né. Na hora que eu mais precisar ele vai me pagar e eu vou comprar minha comida. É melhor do que eu ficar parado sem ter esperança de uma dia ter esse dinheiro em mãos”. Você acredita? Que eu ouvi isso, esses dias de um prestador de serviço. Ele atrasa mas paga. Risos. (Claudinei da Rocha).

A terceirização acarretou a extrema precarização do trabalho, pois para ganhar o mesmo valor salarial que os trabalhadores recebiam dentro das fábricas, estes tinham de produzir em jornadas prolongadas. Essa situação é demonstrada pela intensidade com que o capital consome a força de trabalho vendida pelos trabalhadores para receberem os seus salários, que se caracteriza pela única

alternativa que lhes restam de manutenção de suas mínimas necessidades de subsistência.

2.4 Etapas da produção do calçado

Para maior entendimento dessa terceirização na indústria calçadista, é importante uma pequena explanação das diversas atividades que compõem as etapas da confecção do calçado. A produção do sapato é realizada pelas seguintes etapas: modelagem ou design, corte do couro, chanfração, pesponto, costura manual, montagem, plancheamento e acabamento.

A modelagem é considerada uma das mais importantes, pois é nessa fase que são elaborados e desenvolvidos os modelos (*design*) que serão utilizados como referência para a confecção do calçado. Elaboram o projeto, os moldes, a fôrma e os diferentes materiais a ser usado na fabricação.

O corte da matéria-prima, principalmente o couro, é realizado conforme o modelo e material definido na modelagem e, normalmente, é realizado de duas formas: mecanicamente, com uso de balancins, e manualmente, com instrumentos cortantes (facas próprias para o corte) (CANOAS, 1993, p. 33). Ambas as modalidades são repassadas para serem realizadas em domicílios e bancas. O corte é uma atividade que exige determinada mão-de-obra especializada, já que não pode haver prejuízos em relação à matéria prima, o couro. “A seleção de trabalhadores encarregados de realizar o corte em bancas ou domicílio é rigorosa e é dada preferência a ex-funcionários, considerados de confiança pelas empresas calçadistas.” (NAVARRO, 2006, p. 246).

O corte do couro era uma operação que ficava mais restrita ao interior das empresas porque era difícil o controle da matéria prima. Hoje, há meios de se controlar melhor o uso do couro. Uma dessas formas é a fiscalização. Alguns gerentes de empresas não trabalham mais dentro das fábricas. Ficam na rua, fazendo fiscalização do trabalho que as empresas terceirizam. (NAVARRO, 2006, p. 246).

Na chanfração se utiliza máquinas de chanfrar com faca, para que seja afinado, ou seja, diminuir a espessura das bordas do couro e assim poder ser dobrada posteriormente, dando uma melhor aparência à peça.

A realização do pesponto é praticamente um trabalho quase artesanal, pois exige poucas máquinas para que o cabedal (parte superior do calçado) seja

confeccionado. As peças que vão compor o cabedal são costuradas (unidas), através de costura na máquina e, assim, o calçado começa a tomar formato. No que diz respeito à terceirização, de acordo com Rinaldi (1987, p. 140), o pesponto foi:

[...] facilmente deslocável dos limites físicos da fábrica, por tratar-se de transferir, para as bancas, os cortes já preparados, uma matéria-prima leve e de fácil acomodação transportável em qualquer meio de locomoção (carro, moto, perua, etc.)

Sendo uma atividade que não exige grande investimento inicial, uma vez que, ao possuir uma máquina de pesponto já pode pleitear o serviço, a classe dos façanistas tornou-se bastante numerosa e sacrificada. Trabalhando para o pagamento das máquinas ou para cumprir a produção diária exigida pela indústria, chega a cumprir a jornadas de 12 a 15 horas diárias, quando as crises e cortes na produção não afetam a sua indústria. (RINALDI, 1987, p. 46).

O pesponto em Franca foi uma das etapas da produção em que mais aconteceu a terceirização. É uma das atividades que reúne o maior número de trabalhadores terceirizados e corresponde a 65% dos volumes de produção.

O pesponto é a seção que envolve o maior número de trabalhadores na indústria de calçados e é também a qual há mais tempo incorpora o trabalho realizado em domicílio. Mesmo as empresas que mantêm em funcionamento as seções de pesponto é usual o envio de parte das operações exigidas nessa etapa da produção para ser feitos nas bancas e em domicílio. Predomina no pesponto o trabalho de mulheres que, em sua maioria, se dedicam em operações consideradas auxiliares. No pesponto, as peças que vão compor o cabedal são unidas através da costura mecânica. É a partir dessa operação que o calçado começa a tomar forma. (NAVARRO, 2006, p. 253).

TABELA 1: Etapas da Produção (Em %)

Serviços	Próprio	Terceirizado	Total
1. Modelagem	91,5%	8,5%	100,0%
2. Corte	90,5%	9,5%	100,0%
3. Pesponto	34,5%	65,5%	100,0%
4. Costura Manual	84,6%	15,4%	100,0%
5. Montagem	95,3%	4,7%	100,0%
6. Acabamento	96,3%	3,7%	100,0%
7. Outros	82,1%	17,9%	100,0%
Total	81,8%	18,2%	100,0%

Fonte: Machado e Machado (2013, p. 377).

As bancas de pesponto têm como características na sua execução máquinas mecanizadas, assim como alguns equipamentos básicos mínimos, tais como: tesouras, martelos e mesa – que envolve ao menos um ou dois trabalhadores para colagens de peças. As máquinas destinadas para o pesponto experimentaram alguma evolução tecnológica, embora sem grandes avanços do ponto de vista da automação.

As tentativas tecnológicas feitas têm sido de natureza incremental e objetivam aumentar a produtividade e reduzir os custos pela maior eficiência do processo. As inovações introduzidas têm consistido em dotar as máquinas de costura de algum mecanismo que acelere e dê regularidade ao trabalho realizado, como máquinas com refilador para o corte do forro, ou que cortam automaticamente a linha da costura. Recentemente, tem se difundido a costura computadorizada com máquinas dotadas de comando numérico (CN). [...] Nas atividades de bordado do cabedal do tênis ou de canos de botas, as máquinas podem ter o padrão de costura realizado automaticamente através de comando computadorizado, em que várias linguetas de um tênis, por exemplo, podem ser bordadas simultaneamente. (COSTA, 1993, p. 29).

[...] já foram desenvolvidas máquinas que estabelecem a largura do ponto, espessura do material, tempo de imobilização do material e grossura do fio; foram desenvolvidos dispositivos para alimentação de material, posicionamento da agulha, controle do número de pontos e controle e velocidade de costura. (PICCININI, 1995, p. 7).

Gorini et al. (2000, p. 8-9) destaca que o pesponto foi uma das etapas em que a terceirização produziu efeitos mais intensos:

- As descontinuidades do processo produtivo favorecem o aparecimento de produtores especializados em uma ou algumas etapas do processo de produção. Além disso, a seção do pesponto, por exemplo – na qual as peças já cortadas são reunidas por meio de costura e/ou colagem – bastante intensiva em mão-de-obra, gera frequentemente gargalos no processo de produção, o que justifica a terceirização.
- A presença das bancas de pesponto no pólo de Franca está vinculada aos baixíssimos investimentos em capital fixo necessários para o estabelecimento desses pequenos produtores. A etapa do pesponto, que possui um forte caráter artesanal, exige tão-somente a disponibilidade de poucas máquinas, que podem ser encontradas a um preço extremamente reduzido no mercado de segunda mão.
- As bancas de pesponto da indústria calçadista de Franca são muito semelhantes às empresas à “facção” verificadas na indústria têxtil. Trata-se, na realidade, de uma forma de subcontratação, bastante encontrada na indústria calçadista do Brasil, e não apenas em Franca, cuja principal característica é o trabalho a domicílio, exercido no âmbito da esfera doméstica e o pagamento se dá por peça produzida.
- A subcontratação do pesponto além de agilizar o processo de produção também tem o efeito de reduzir os custos relacionados com a mão-de-obra na etapa mais intensiva em trabalho de todo o processo de produção de calçados.
- Para as empresas maiores, a subcontratação das atividades de pesponto representa, além de uma forma importante de redução dos seus custos de

produção, uma forte elevação da flexibilidade, a partir do surgimento de produtores especializados. Esse fato se torna particularmente importante quando se trata de uma atividade bastante intensiva em mão-de-obra. Subcontratando a etapa do pesponto, as empresas maiores conseguem ao mesmo tempo reduzir custos, aumentar a flexibilidade e evitar a ocorrência de gargalos no processo produtivo.

O pesponto é precedido de algumas fases preparatórias, como o serviço de mesa que consiste na passagem de cola, dobração e colagem de peças que serão posteriormente pespontadas. De acordo com Navarro (1998, p. 216):

A atividade considerada mais insalubre nessa fase da produção é a da coladeira de peças que faz parte dos chamados 'serviços de mesa'. A cola utilizada para colar peças, é acondicionada em pequenas bacias sem nenhuma proteção sendo inalada pela trabalhadora durante toda jornada de trabalho. Segundo técnicos do setor, apesar da recomendação do uso da cola em recipientes fechados ou do uso de máscaras protetoras, essas medidas não são observadas nem nas indústrias nem nas bancas. Terminadas essas tarefas de preparação as peças estão prontas para receber o pesponto.

Os pespontadores devem ficar muito próximos à máquina para que a costura seja feita, o posicionamento também normalmente é incorreto para que se possa produzir mais. O pesponto é feito com pisadas em um pedal da máquina, e muitas vezes a agulha quebra atingindo as mãos, os dedos e os olhos do pespontador. É nessa etapa que os riscos de acidentes aumenta.

Figura 4: Máquina de pespontar



Fonte: Arquivos da autora, Édina Helena de Moraes Ferracioli (2016)

Figura 5: Máquina de pespontar



Fonte: Arquivos da autora, Édina Helena de Moraes Ferracioli (2016)

A costura manual é uma forma de unir as partes do calçado, sendo feita quase sempre com agulhas e linhas, de maneira artesanal, por isso, depende bastante de mão-de-obra. O trabalho em casa é predominante nessa área e exige a colaboração de muitas pessoas para realizá-lo.

Essas são as principais atividades terceirizadas na produção do calçado e normalmente que agregam o maior número de trabalhadores em bancas e em domicílio. A seguir serão explanadas brevemente as demais etapas de produção, sendo essas realizadas principalmente no interior das fábricas.

A montagem é a etapa de operação pela qual fixam o cabedal a sola e o calçado toma forma final – realizada de forma manual ou mecanizado. Essa última tem predominado, o que implica na substituição de um grande número de trabalhadores, contribuindo para a elevação do desemprego. O acabamento compreende a etapa em que o calçado recebe seus últimos componentes, é lixado e outros cuidados finais são tomados (CANOAS, 1993, p. 38). O plancheamento consiste em operações minuciosas que corrigem possíveis falhas e também embelezam o calçado com a aplicação de tintas e verniz (CANOAS, 1993, p. 39). Piccinini (1995, p. 6) salienta que: “[...] nessa etapa é possível empregar trabalhadores menos qualificados, pois contrariamente ao setor do corte, as

atividades podem ser fragmentadas por uma divisão extremamente simplificada de trabalho.”

Observa-se que, à exceção da montagem, do acabamento e do plancheamento, as demais etapas da produção do calçado são comumente terceirizados. Tendo o domicílio o principal local de prestação de serviços, pode-se mencionar: o corte, o pesponto, o tressê, e a costura manual. Vera Navarro (2006, p. 219) diz que são consideradas funções nucleares da indústria calçadista, já que através delas é que o produto é construído.

2.5 Do mundo do trabalho na terceirização à possibilidade de relações de solidariedade

O capital para obter maior lucratividade utiliza a força de trabalho em inúmeras unidades de produção enxutas, terceiriza o maior número possível de setores, não se importando com o trabalhador, sendo este visto como um dos maiores problemas no século XXI – se considerada a busca pela redução dos custos com a produção. O trabalhador francano sofre os dois extremos: de um lado, a redução de empregos dentro das fábricas, e, de outro, o aumento de empregos desregulamentados em domicílio.

Observa-se que o trabalho informal sempre esteve presente no setor calçadista de Franca. Agnaldo de Sousa Barbosa (2013, p. 49) diz que:

[...] cabe lembrar que a subcontratação não é um fenômeno novo na indústria do calçado como é em outros setores, que apenas nas três últimas décadas vêm emergir esse tipo de trabalho. É sim, um elemento praticamente inerente à fabricação de sapatos há pelo menos um século e meio.

Mas, com o processo de terceirização – na qual a produção passa a ser transferida para vários lugares, na qual cada parte do processo é realizada em um determinado local – aumentou em grande proporção, sendo intensificada pelo modelo de produção toyotista.

O novo modelo de produção adotou o toyotismo, fez com que as indústrias “horizontalizassem” a produção, reduzindo os custos de manutenção das fábricas, desempregando a maior parte do quadro de seus funcionários para posteriormente contratá-los por serviços temporários, evitando os encargos sociais ou então oferecendo máquinas como parte do pagamento desses funcionários, quando de sua demissão. Esse processo denominada facção

consiste em persuadir o funcionário a aceitar o maquinário oferecido pelo patrão, e aludir para a possibilidade de maior vantagem daquele, que poderia ser dono do próprio negócio e lucrar mais com isso. Na verdade, esse processo só trouxe desvantagens aos trabalhadores, que uma vez com a máquina dentro de casa, chegavam a trabalhar muito mais fazendo o mesmo serviço que antes faziam dentro das fábricas, recebendo bem menos pelo trabalho, além de não terem os direitos e benefícios que antes tinham assegurados pela CLT. (BATISTA; BIANCHI, 2006, p. 45-46).

O processo desse mundo do trabalho transforma em sacrifício para quem o realiza, tornando-o extenuante e marcado por condições cada vez mais precárias. O comprometimento do trabalhador para com as empresas nas entregas das produções geram um extremo comprometimento de sua saúde, devido ao trabalho repetitivo, posicionamentos incorretos, pressão, estresses e outros fatores.

[...] a terceirização provoca a reemergência de velhas formas de trabalho precário, originário de uma forma de exploração mais intensa, por se efetivar mediante relações informais que, ao contrário da autonomia aludida, constituem trabalho produtivo e improdutivo, portanto diretamente subordinado ao capital. Nesse sentido, a descentralização produtiva cria um segmento moderno da informalidade em que o trabalho informal cumpre a mesma função do formalmente assalariado, que desenvolve a sua atividade na indústria nos ramos comerciais ou financeiros, sob uma explícita relação emprego-empregador. [...] se comprovada essa tendência o trabalho informal deixa de ser suplementar e intersticial para ser essencial. (TAVARES apud LARA, 2005, p. 59-60).

Devido a estes fatores, pode-se concluir que a reestruturação produtiva afetou diretamente a vida desses trabalhadores. Com o aumento do trabalho informal e terceirizado, advindos das novas necessidades do capital, e, principalmente, dos novos modelos de gerência da produção, a rotina dos trabalhadores foi fortemente atingida. Os trabalhadores passaram a trabalhar em ambientes fechados, em extensões de suas residências, expostos a produtos químicos, como colas e solventes, sem se darem conta do quanto são altamente nocivos a sua saúde.

O trabalho a domicílio nas esferas tradicionais da economia nunca deixou de ser realizado, mas o que tem dimensões alarmantes na contemporaneidade é a intensificação e precarização desse tipo de trabalho pelas. Daí a importância de verificar caminhos possíveis acerca da construção de estratégias que possam representar alternativas efetivas de dirimir a exploração do trabalho e sua precarização. Para se inserir em mercados com grande competição é necessário que o empresário que se encontra isolado una forças com outras indústrias e Guimarães (2001, p. 112) corrobora que “[...] a categoria dos sapateiros, por sua

vez, não reagia coletivamente à esta situação. Amorfa e desmobilizada limitava-se a produzir. Dirimia questões e buscava soluções de forma isolada e individual.”

Observe o seguinte depoimento de uma das entrevistadas:

Ah, eu só acho Édina, que é, é essa classe assim de sapateiro, seja pespontador, seja dobrador, qualquer área que a gente ganha por par é muito desunido, sabe. É assim, principalmente nessa época que tem pouco serviço. Os patrão pisa, assim tipo pisa, porque abusa né, porque tem pouco serviço. Então, se você não pega por aquele preço que eles quer, eles sabem que outra pessoa pega, né, porquê tá todo mundo necessitado. Mas mesmo assim se todo mundo tivesse precisando muito trabalhar, mas falasse assim ó: “Não, por menos que isso eu não, eu não pego.”, eu acho que seria mais, né? Porque igual, você pesponta, não, eles baixam o preço, tem vezes que ao invés deles aumentarem o preço, eles abaixam o preço, é um absurdo isso, e os outros pega por aquele preço pouco, é nisso que eu falo que não tem união, que devia ter né. (Maria).

É fundamental tentar romper este isolamento entre empresas/empresas e trabalhadores terceirizados para, assim, poderem se fortalecer como categoria e como sujeitos. De acordo com Sengenberger e Pike (2002, p. 13), em aglomerações industriais nas quais predominam micro e pequenas empresas – como é o caso do polo calçadista de Franca – “[...] a pequena empresa não está sozinha; uma condição para o seu sucesso é o êxito de toda a rede de firmas da qual faz parte”; e tais ganhos são cruciais para que sejam equilibradas as desvantagens do isolamento, obtendo resultados que dificilmente conseguiriam atuando individualmente. E podem ser fortalecidas pela organização dos trabalhadores em grupos sociais com relações de solidariedade, conforme observa a economista Gláucia Campregher (2004, p. 132) ao argumentar que:

[...] é possível colocar as novas estruturas informacionais e comunicacionais a serviço de um projeto que tanto pode ser o do crescimento da dependência social da ciência e da técnica comandada pelo capital, como pode ser o do crescimento das possibilidades da auto-organização dos trabalhadores.

E, nesse contexto, vislumbrar possibilidades como as do trabalho coletivo (economia solidária), pautando-se na perspectiva de autonomia dessa classe trabalhadora, enquanto condição para concepção de um novo modo de produção que ofereça possibilidades de emancipação frente à reestruturação do capitalismo. Essa é também a visão de outros autores:

Foi nesse contexto em que proliferaram também as distintas formas de ‘empreendedorismo’, ‘cooperativismo’, ‘trabalho voluntário’ etc., entre as mais distintas formas alternativas daquilo que Vasapollo (2005) denominou como

expressões diferenciadas de trabalho atípico. [...] sabemos que as cooperativas originais, criadas autonomamente pelos trabalhadores, tem um sentido muito menos despótico e mais autônomo, em oposição ao arbitratismo fabril e ao planejamento gerencial, sendo, por isso, reais instrumentos de minimização da barbárie e do desemprego estrutural, consistindo também num efetivo embrião de exercício autônomo do trabalho. (ANTUNES; POCHMANN, 2007, p. 195).

Diante desse cenário, a questão do desenvolvimento local e sua valorização tem assumido cada vez mais destaque na era da globalização, tornando territórios anteriormente esquecidos, importante nessa fase do processo de reestruturação produtiva do capitalismo.

O processo de realocização industrial que tomou impulso com a reestruturação produtiva do capitalismo nas duas últimas décadas levou gestores públicos de cidades e regiões dos mais diversos lugares do mundo a se comprometer com maior determinação na promoção do desenvolvimento local. (BARBOSA, A. S., 2013, p. 12).

Pois é onde o trabalhador está inserido e pode desenvolver suas potencialidades.

Assim, paralelamente à superação da rigidificação fordista pela “acumulação flexível”, abre-se a possibilidade de uma superação do assalariamento como forma exclusiva do trabalho e da grande empresa como destino de toda e qualquer empresa vitoriosa na concorrência capitalista. Não muda apenas a forma de contratação do trabalho, mas da sua organização, de modo que os trabalhadores têm chance de se organizar independentemente do empresário (ou, pelo menos, independentemente daquele empresário que meramente pagava o preço da força de trabalho e a carregava para a fábrica). O que significa dizer que o trabalho não está fadado a amargar o destino inexorável de uma flexibilização contratual apenas benéfica para o capital. (CAMPREGHER, 2004, p. 135).

Nesta perspectiva, por emancipação do trabalhador entende-se a necessidade da superação do capitalismo, com alternativas concretas e viáveis, que possibilite mudar sua forma de pensar e agir: o sentido de seu trabalho.

É o que se anseia com a Economia Solidária, que se mostra como eficiente canalizador de trabalho e renda. Refere-se a um enfrentamento ao aumento das manifestações da questão social, dificuldades econômicas e sociais vivenciadas pela população brasileira e no território. São ações coletivas que favorecem o desenvolvimento do local ou região onde o trabalhador está inserido, ao mesmo tempo, preservam a emancipação e efetivação de direitos fundamentais desse trabalhador.

**CAPÍTULO 3 ORGANIZAÇÃO E POTENCIALIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO
NO SETOR CALÇADISTA DE FRANCA-SP**

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.
(Eduardo Galeano).

3.1 As dimensões da economia solidária: pensando a pertinência dessa estratégia de desenvolvimento

Ressaltamos a importância da economia solidária para uma estratégia de desenvolvimento para o setor calçadista local, predominantemente no que diz respeito à análise acerca de como determinados aspectos da reestruturação produtiva, como a importância readquirida pelo território (tendo em vista que a produção passa a se apropriar de elementos que estão presentes nele: saberes, instituições, redes, etc.), podem ser convertidos em instrumentos para potencializar o trabalho coletivo de pequenos empreendedores (assim como os que predominam na estrutura produtiva de Franca).

A pesquisa nos incita a repensar o modelo de desenvolvimento que se encontra posto e que fundamenta nossa economia. Expõe como o atual modelo tem dificuldade de chegar ao mais pobre, ao trabalhador, em dividir as riquezas produzidas. E deixa o alerta de que a mudança é necessária, tanto para governo, quanto para a sociedade. Antes de tudo, é preciso acreditar no poder transformador que vem dos trabalhadores, na economia solidária e na suas capacidades de assegurar outro modelo de desenvolvimento que garanta a sustentabilidade social do ponto de vista da classe trabalhadora trabalhador.

Nesse sentido, é fundamental o despertar para esses valores e esses conceitos em relação à economia solidária. A vida do trabalhador, o encanto, a felicidade humana são a grande meta que deve reger a humanidade. João Joaquim de Melo Neto Segundo (2006, p. 16-17) (líder comunitário e educador popular), prefaciando o livro "Economia Popular e Solidária", salienta as perspectivas promissoras advindos dessa estratégia:

E sim pelo entendimento de que essas estratégias de financiamento da economia solidária e popular estão muito além de uma mera operação financeira/bancária. Elas são meios e não fim. São uma ferramenta para o desenvolvimento local, para o empoderamento das pessoas, para a organização política da comunidade.
O crédito popular como o entendemos é um instrumento de luta pela sociedade que queremos construir e não um produto dessa sociedade

desigual que aí está. É uma arma poderosa na construção de nossas utopias.

A ideia de organização coletiva dos trabalhadores envolve processos variados de informação, socialização e formação política, de modo que possam interagir e criar novos arranjos sociais, com direitos e também deveres, criando espaços de uma cultura menos individualista.

Antes de ingressar a respeito da importância da economia solidária, vamos a alguns conceitos. Em entrevista em abril de 2008, Paul Singer, importante referência sobre o assunto, dá a sua visão do que seria Economia Solidária:

Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central. E a autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto. Se são pequenas cooperativas, não há nenhuma distinção importante de funções, todo o mundo faz o que precisa. Agora, quando são maiores, aí há necessidade que haja um presidente, um tesoureiro, enfim, algumas funções especializadas, e isso é importante sobretudo quando elas são bem grandes, porque aí uma grande parte das decisões tem que ser tomada pelas pessoas responsáveis pelos diferentes setores. Eles têm que estritamente cumprir aquilo que são as diretrizes do coletivo, e, se não o fizerem a contento, o coletivo os substitui. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros.

Na perspectiva de João Cláudio Tupinambá Arroyo (2006, p. 20),

Economia solidária é o “projeto” de economia organizada a partir do trabalho, e não do capital. Pode ser de pequeno ou de grande aporte do capital, como a Cooperativa de Mondragón, na Espanha, que movimenta bilhões de dólares por ano. Também pode ser de giro local ou global. A economia solidária se estrutura a partir de empreendimentos que operam em qualquer dimensão de alguma forma associativa, como cooperativa ou como associação, fórum, grupo, rede, etc. A partir de empreendimentos solidários articulados em redes surgem os mercados solidários: clubes de troca, atacadão solidário, moeda social (cartão de crédito popular) e outras intervenções econômicas solidárias.

Atividades de solidariedade é uma economia que avança com a organização dos trabalhadores e sociedade, que de alguma forma buscam alternativas econômicas, como parte de solução a se construir, para direcionar o desenvolvimento nacional e local, rumo a novos caminhos alternativos de desenvolvimento.

Nesse contexto social e econômico como respostas a esse formato econômico se inicia uma nova proposta de economia solidária no Brasil. “Como vimos, a autogestão, apesar de não ser um ideal ou prática nova, ganha expressão no Brasil somente nos anos 1990, já nesse processo de busca de alternativas ao desemprego estrutural.” (ARROYO, 2006, p. 34).

Assim como nos países europeus e nos Estados Unidos, a economia solidária ressurgiu no Brasil como forma e alternativa de defesa da classe trabalhadora contra o processo neoliberal de aniquilamento de milhões de postos de trabalho formal que se dá a partir da década de 1980 – por parte tanto da iniciativa privada como do setor público – e diante da política de privatização que se iniciou com o presidente Fernando Collor de Mello e se instalou durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, levando a pobreza a se multiplicar em proporções até então jamais vistas. (ARROYO, 2006, p. 34).

No Brasil, essas iniciativas que reforçam a economia solidária vêm adquirindo visibilidade e densidade social, pois trazem no seu bojo vantagens que reforçam a cooperação no trabalho diante da economia do capital. Paul Singer (2007, p. 305) relata o seguinte:

O que eu posso dizer é que essa foi efetivamente a função que a economia solidária realizou no Brasil nos anos 1990, e continua realizando agora, e é a razão de seu crescimento muito vigoroso. Ela tem uma função social; está efetivamente inserindo as pessoas na produção e na vida social. Agora, como eu disse no início, a economia solidária não se limita a isso; ela propõe uma outra economia, uma economia desalienante, que oferece ao trabalhador e ao conjunto das pessoas um ambiente de trabalho muito melhor, mais igualitário em vez de hierárquico. Isso interessa tanto aos camponeses e artesãos como aos profissionais universitários, artistas, cientistas, etc.

No âmbito do governo de Luís Inácio Lula da Silva a economia solidária ganhou importância no primeiro escalão do Ministério do Trabalho, sobretudo com a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes), que teve à sua frente por vários anos Paul Singer, renomado pesquisador, autor de várias obras nessa temática, mas, principalmente, militante com reconhecimento internacional no campo da economia solidária.

Nesse sentido o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) se articula internacionalmente a partir do palco do Fórum Social Mundial (FSM). Que exhibe como princípios gerais os seguintes pontos da Economia Solidária:

- A economia solidária fundamenta uma relação humanizadora, de um desenvolvimento de sustentabilidade, social e economicamente justo, para a

satisfação das necessidades de todos os indivíduos na qualidade de sua vida. Com a valorização da mão de obra, que possam suprir suas necessidades e reconhecimento da mulher na sociedade, bem como, respeito à natureza.

- A economia solidária defende a valorização do homem como ser humano na atividade econômica, não sendo mais visto por possuir uma única mercadoria, sua força de trabalho, mas, desenvolvimento integrado e sustentável da sociedade cujo objetivo é a interação respeitosa do homem com a natureza.

A economia popular e solidária, portanto, torna-se ao mesmo tempo lugar e mecanismo privilegiado para a construção da sustentabilidade do desenvolvimento pelos flancos social, político, econômico ou cultural. O desafio, nesse sentido, é de colocar em sinergia as políticas públicas, as iniciativas dos empreendedores populares e os empreendimentos solidários de diversas magnitudes, conferindo densidade política e escala econômica a esse processo, que pode se colocar como a superação factível, legítima, radical do velho sistema capitalista – superação esta fortemente amparada por uma nova cultura de microrrelações socioeconômicas, gerada, dia após dia, no útero do velho sistema capitalista, que poderá, pela primeira vez, ser atingido de uma forma indefensável e definitiva, exatamente como o capitalismo foi gestado no interior do feudalismo e este no interior do escravismo e dos modos de produção antecedentes. (ARROYO, 2006, p. 54-55).

A valorização do trabalho em rede contribui para o desenvolvimento dos trabalhadores e pode reforçar os laços de solidariedade, desenvolvendo as tendências a se organizarem, exprimindo linhas de contato entre indústrias e trabalhadores terceirizados deste setor, descobrindo as melhores maneiras de produção. Onde possa acontecer a participação desses atores sociais, fortalecendo à organização social e vice-versa, construindo estratégias de desenvolvimento. Esse processo tem beneficiado muito as pequenas empresas, em vários países ou regiões; conforme lembra Campregher (2004, p. 142),

Para além do exemplo italiano, vide a história recente da atuação das agências de desenvolvimento européias (e dos fundos públicos que as sustentam) que respondem por muito do progresso socioeconômico de Portugal, Espanha, Irlanda, Dinamarca etc.

Esse tipo de cooperação favoreceria as indústrias de calçados, bem como os trabalhadores terceirizados, viabilizando ganhos salariais e sociais, de uma forma que o trabalho coletivo possa vir a significar a união a outros produtores e esta ligação possam ajudá-los a se organizar. As possibilidades dessa auto-organização são bem grandes hoje, porque não somente os pequenos produtores podem se apropriar dos ganhos do setor como um todo, com

informações, permanente revolução tecnológica, como somam os frutos adquiridos dessa ação de economia solidária. Assim, podem crescer para além das fronteiras do mercados dirigidos a eles, mas alcançar ganhos de especialização antes possíveis só na produção em grande escala.

A economia solidária é uma hipótese a ser investigada, pois vem sendo abraçada de forma crescente, por teóricos e gestores de políticas de inserção social, como aquelas que aqui no Brasil se colocam a campo para fortalecer iniciativas de auto- organização para a produção que vão do estímulo ao auto-emprego, a criação de microempresas até o estabelecimento de uma rede de “economia popular e solidária”. (CAMPREGHER, 2004, p. 138).

Assim, paralelamente à superação da rigidificação fordista pela acumulação flexível, abre-se a possibilidade de uma superação do assalariamento como forma exclusiva do trabalho e da grande empresa como destino de toda e qualquer empresa vitoriosa na concorrência capitalista. Não muda apenas a forma de contratação do trabalho, mas da sua organização, de modo que os trabalhadores têm a chance de se organizar independentemente do empresário (ou, pelos menos, independentemente daquele empresário que meramente pagava o preço da força de trabalho e a carregava para a fábrica). O que significa dizer que o trabalho não está fadado a amargar o destino inexorável de uma flexibilização contratual apenas benéfica para o capital. (CAMPREGHER, 2004, p. 136).

A valorização do trabalho solidário contribui para a ascensão dos trabalhadores, se souber aproveitar o que sobressai em cada local, estabelecendo redes de cooperação fortes em relação à colocada pela reestruturação capitalista. Desse modo, existe uma luta, um desafio a ser travados, onde a participação política atua paralelamente à organização social dos trabalhadores, fortalecendo e construindo estratégias de desenvolvimento, que não é deixada somente a cargo da sociedade – dessa feita, os resultados são os mais abonadores possíveis.

Novas oportunidades e crises requer uma “mudança de marcha”, da eficiência coletiva passiva à ativa. As economias externas são importantes para o crescimento, mas não são suficientes para superar mudanças muito grandes nos mercados de produtos ou de fatores; isso requer ação conjunta. Na investigação de tais questões, é importante levar em consideração a diferenciação **e especificidade** dentro do cluster, **do território** e não esperar a cooperação de todos. Igualmente, o foco, a forma e a intensidade da cooperação provavelmente variarão de acordo com o desafio. (SCHMITZ, 1997, p. 189, grifo nosso).

Isso não significa que a Economia Solidária seja a resposta para a todos os problemas, mas os ganhos da cooperação que estabelecem, com a possibilidade

concreta de um modo de produção, que se apoiam na construção de redes de solidariedade onde domina o capital. A cooperação na produção e distribuição se mostra necessária e fundamental para trocar informações e, assim, alcançar economias de escala para o conjunto de empresas, com solidariedade entre grupos complexos e não somente entre indivíduos – no interior das indústrias calçadistas ou trabalhadores terceirizados.

As relações de confiança entre as firmas, bem como com os patrões/empregados, é essencial. Assim, o grau de participação nas decisões estratégicas do setor será muito alto em todos os níveis da produção, ajudando a alcançar um desenvolvimento duradouro e na emancipação dos trabalhadores.

3.2 A importância da economia solidária frente à reestruturação capitalista

Nas últimas décadas, a organização do trabalho sofreu profundas transformações, fazendo as indústrias capitalistas reduzirem seus quadros de mão-de-obra diante de adoção de novas tecnologias e da subcontratação de serviços autônomos e terceirizados, o que acabou levando a um número elevado de desempregados no mercado de trabalho. O resultado dessas mudanças não foi somente a diminuição dos postos de trabalho, bem como aviltamento dos salários, mas também nas relações de trabalho, como o incremento do trabalho informal, por conta própria.

A dominação do capital impera, contudo, as estratégias de lutas e oposições com novos procedimentos de socialização do trabalho, possibilita indivíduos capazes de aferir novos sentidos à dominação vigente. O trabalho solidário e a divisão justa dos resultados não são difíceis, a organização coletiva facilita a geração de ocupação e o aumento dos rendimentos, pois:

[...] reforçam o desafio de construir uma nova lógica empreendedora, capaz de desenvolver a autonomia e a solidariedade como elementos intrínsecos da forma como se produz e se trabalha. Nessa direção, percebe-se, também, que os trabalhadores constroem novas relações de trabalho e de cooperação, não apenas pela experiência interna desenvolvida pelo grupo, mas também pelas possibilidades de participar em outros espaços de discussão, ampliando dessa forma sua compreensão das dinâmicas econômicas e sociais nas quais o grupo está inserido. (ICAZA, 2004, p. 51-52).

De acordo com a perspectiva apresentada por Giuseppe Cocco (2006, p. 198),

Esses novos sujeitos de um trabalho difuso na sociedade, articulado pelas redes metropolitanas entre produção e reprodução (consumo), constituem-se nos momentos de luta contra a fragmentação e as várias formas de segregação. Ao mesmo tempo que se constituem, organizam suas lutas e dimensões produtivas.

Trata-se da negação de um processo de trabalho, ou seja, reconceitua-se a perspectiva de trabalhadores, firmando-os em uma possibilidade de ocupação em associações, cooperativas, não só em trabalho autônomo. “Assim, a economia solidária seria a possibilidade de redenção do espúrio trabalho informal que sempre marcou a história trabalhista do país e que cresce estruturalmente nos últimos tempos.” (BARBOSA, R. N. C., 2007, p. 195).

Diante das modificações sofridas pelo capitalismo nas últimas décadas, em escala mundial, assim como o impacto ensejado por esse processo nas indústrias de calçados de Franca-SP, entrevemos uma tentativa de mostrar que estão abertas as possibilidades para que o trabalhador desse ramo produtor possa assumir o seu papel de sujeito das transformações, políticas, econômicas, culturais e sociais do território em que está engajado. Parafraseando Gláucia Campregher (2004, p. 131) “[...] acreditamos que o trabalho seja ainda a fonte de um potencial de identificação dos indivíduos que quando acumular força política poderá mudar os rumos da história.”

Dessa forma, é imprescindível a proposição de políticas alternativas e específicas de desenvolvimento produtivo e empresarial, adequadas aos desafios atuais da mudança de estrutura fabril no contexto da globalização econômica crescente. Assim, as estratégias de desenvolvimento econômico local podem vir a constituir alternativas para ajustes tecnológicos e de capacitação de recursos humanos, com elementos para conseguir dotar os territórios de subsídios capazes de promover as inovações necessárias – pois o “[...] local é cada vez mais o outro lado do global e, vice-versa, o global é cada vez mais o outro lado do local.” (SANTOS, 2003, p. 17). Conforme observa Gláucia Campregher (2004, p. 132):

[...] é possível colocar as novas estruturas informacionais e comunicacionais a serviço de um projeto que tanto pode ser o do crescimento da dependência social da ciência e da técnica comandada pelo capital, como pode ser do crescimento das possibilidades da auto-organização dos trabalhadores.

Corroborando a perspectiva de que a cooperação em âmbito local é fator crucial para a promoção do desenvolvimento, Agnaldo de Sousa Barbosa (2013, p. 11) argumenta que

[...] as externalidades resultantes da aglomeração de empresas de um mesmo setor em um território são fatores que podem potencializar uma dinâmica de 'eficiência coletiva' e, mais especialmente, que a atuação de agentes públicos exerce papel crucial na otimização desse processo.

De igual maneira, o conhecimento e o fortalecimento da aptidão do local passam, dessa maneira a ser vista como fator primordial para o seu desenvolvimento e, desta feita, para a competitividade de sua estrutura produtiva. O economista André Urani et al. (2006, p. 236) vem afirmar que:

As estratégias de desenvolvimento que valorizam a dimensão local e/ou de proximidade se afirmam cada vez mais, nos quatro cantos do mundo, como alternativa viável para a reconstituição dos vínculos produtivos entre agentes, comunidades e instituições de governo.

No que diz respeito à possibilidade de experiências de Economia Solidária na indústrias calçadista local, eventuais soluções passam pelo empreendimento de estratégias de reordenação da atuação dos trabalhadores, gerando a configuração de novos arranjos institucionais que ultrapassem a empresa isolada e o trabalho assalariado. A primeira consideração no que diz respeito ao pólo industrial de Franca é não haver grandes articulações entre instituições e indústrias, onde não desenvolve a cooperação empresarial apontando ações conjuntas, seja no ambiente produtivo ou no domínio político.

3.3 Desafios e estratégias para a estruturação de um novo modelo de trabalho coletivo nas indústrias de calçados de Franca-SP

Diante do exposto, é essencial ações específicas das políticas de apoio, entre outras iniciativas, que lhe seriam complementares para o engendramento de eficiência coletiva, que possam gerar novos processos produtivos, inovação tecnológica e elevação da produtividade deste setor. No que tange a atuação do poder público local, a experiência histórico-política da última década mostra sua insuficiência como estratégia de desenvolvimento. Neste aspecto, Agnaldo de Sousa Barbosa (2013, p. 73) observa que:

Ressalte-se, primeiramente, a incapacidade do poder público local em organizar uma burocracia com algum grau de especialização para tratar das questões referentes ao desenvolvimento econômico-social. Durante o quadriênio 2005-2008 a Secretaria de Desenvolvimento municipal simplesmente deixou de existir, por deliberação do prefeito do período; no quadriênio seguinte (2009-2012), exercício do segundo mandato do mesmo prefeito, tal secretaria ficou a cargo do então Secretário de Saúde, que passou a acumular a gestão das duas instâncias. Em um pólo industrial com demandas e problemas tão complexos a enfrentar em razão das exigências competitivas em escala global, a ausência ou improvisação de estrutura institucional contribuiu para a persistência de fragilidades crônicas da estrutura produtiva.

Da mesma maneira, as políticas públicas não conseguem alcançar o desafio de articulador fundamental do âmbito público, ainda que possa inovar construindo alternativas específicas para o desenvolvimento local. De acordo com o argumento de Giuseppe Cocco (2006, p. 174, 187).

Essa nova geração de políticas públicas para a cidade e/ ou para os APLs já nasce velha e despotencializada por causa da ausência de sujeitos adequados à sua sustentação política. Ela constitui, ao mesmo tempo, um avanço e uma armadilha para enfrentar o desafio que consiste pôr a construção democrática como nova base do crescimento econômico.

[...]

Essas observações deixam a genealogia dos distritos sem o amparo das explicações que privilegiam o papel das políticas públicas de cunho estatal e/ou local (o “cooperativismo”) e, ao mesmo tempo, sem o amparo das interpretações que privilegiam a própria dinâmica do mercado, por emendada que ela seja pela sua suposta “construção social” – Estado e mercado aparecem como perspectivas insuficientes e reducionistas.

Não há como ignorar a conjuntura do país quanto à configuração do mercado internacional e local. Conforme observa Silveira (1991), o desenvolvimento local está inserido na evolução das políticas de emprego e renda, pois, o local é uma dimensão mais prática, direcionado a identificação e implementação de políticas específicas adequadas à região em questão, para atrair investimentos e êxito no potencial econômico e empreendedorismo presente no município.

Enfocando a indústria calçadista de Franca, os empresários e trabalhadores terceirizados produtores de calçado muitas vezes não dispõem de condições necessárias para gerarem/explorarem inovações tecnológicas e tem dificuldades de obter um resultado satisfatório de seu desenvolvimento, por não compartilharem informações valiosas em suas empresas. “Assim, com a terceirização, os trabalhadores, que já estavam isolados pela forma de produção e cooperação nas indústrias, se dividem ainda mais.” (MARCELINO, 2004, p. 225).

Estudos demonstram que esses empresários e terceirizados no setor produtivo das indústrias de calçados tem um comportamento isolado de produção, em que não há cooperação para desenvolvimento de produtos, etc. E os vínculos sócios-culturais e sócios-econômicos seriam de fundamental importância para o desenvolvimento desse setor. Hubert Schmitz (1997, p. 190), economista e professor do *Institute of Development Studies* (IDS) e da *University of Sussex* corrobora que:

No meu estudo de caso, a influência dos laços sócio-culturais diminuiu ao longo do tempo; foi corroída pelo crescimento, notadamente pela crescente diferenciação dentro da comunidade, e pelo papel-chave de pessoas de fora da indústria (agentes de exportação). A confiança, por conseguinte, não deixou de ser importante para a eficiência coletiva. Ao contrário, os compradores passaram a impor padrões cada vez mais elevados na qualidade dos produtos, na velocidade de respostas e na confiabilidade, e a questão da confiança, portanto, tornou-se mais importante.

Parece que operar no mercado mundial tanto corroe a confiança quanto a gerou. Minou os laços sócio-culturais e, agora, demanda novos laços – por parte daqueles que querem ter sucesso nele. Esses novos laços estão baseados em um investimento consciente nas relações entre firmas. Os parceiros de negócios não necessariamente têm que mudar – mas o fundamento da confiança sim.

Em um contexto de reconceituação do trabalho, a fragilização econômica e social dos trabalhadores surge como dificuldade que pode ser enfrentado pela economia solidária. Diante dessa fragilidade, a economia solidária sugere um campo de socialização capaz de proporcionar de dar sentido a inclusão social aos trabalhadores. Nesse contexto de frouxos laços de cooperação entre os trabalhadores, Nunes (2004, p. 265) ressalta o seguinte:

Imprescindível restabelecer elos para que as pessoas voltem a reconstruir procedimentos de confiança mútua. As relações de trabalho utilitaristas vulnerabilizaram por demais os trabalhadores. O que as políticas sociais podem e devem favorecer são condições para que novas socializações se realizem.

Com a terceirização, os trabalhadores que se encontravam isolados pela maneira de organização da produção nas indústrias calçadista, se dividem ainda mais. Entretanto, a capacidade de cooperação para inovar e competir é fundamental para a unidade e solidariedade desses trabalhadores. A união coletiva converge para alcançar “[...] ganhos de eficiência que produtores individuais raramente conseguem alcançar” e também “[...] vantagem competitiva derivada de economias externas locais e ação conjunta.” (SCHMITZ, 1997, p. 165-189). Segundo o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES):

Avolumam-se cada vez mais as diferentes práticas que, sob nomes diversos, propõe-se a integrar um movimento de identidade que supere o isolamento em que a maioria está confinada.

Romper o isolamento, buscar visibilidade e avançar na identidade do Movimento da Economia Solidária são tarefas que exigem, entre outros esforços, criar e/ou aproveitar as experiências de articulações, redes e fóruns em curso.

A situação pode ser diferente e a capacidade de responder com políticas públicas e aumento de cooperação e incentivos que pode ser melhorados pela ação conjunta. Pode surgir e ser encaminhadas novas oportunidades, com ações levadas a efeito por parte da administração municipal, dentre as quais se sobressai resultados positivos de eficiência cooperativa. Exemplo concreto, no que diz respeito a esta pode ser percebida no caso apresentado abaixo:

Trata-se de parceria estabelecida entre a Prefeitura Municipal de Franca e o SEBRAE-SP desde 2009 para possibilitar a participação de micro e pequenas empresas nas grandes feiras do setor calçadista, em especial a COUROMODA e a FRANCAL. A experiência de participação nos principais eventos comerciais do setor possui o condão de inserir os micro e pequenos empreendedores em novas redes e, por conseguinte, impulsionar a espiral de inovação em todos os sentidos. (BARBOSA, A. S., 2013, p. 73-74).

O que podemos observar claramente no depoimento com o Diretor de Indústria, Comércio e Serviços da Prefeitura de Franca-SP: Deyvid Alves da Silveira.

[...] normalmente empresas trabalham é, com conceitos da individualidade: “eu produzo aqui”, “eu resolvo meus problemas”, né. Aquele perfil que já vem ao longo do tempo, não só de Franca, mas muitos outros polos acontecem isso. No Brasil a gente percebe muito isso, é, “nunca ninguém, nenhum governo trouxe pra mim soluções, só trouxe pra mim é, é, tributos, só trouxe pra mim desafios e eu tive que achar os meus caminhos sozinho”. Então tem aquela mentalidade sim de individualidade, “Não, eu vou resolver as minhas situações, se eu reunir com todo mundo a possibilidade de alguém tomar aquilo que eu construí é muito grande”. Então você fica naquele impasse, né, você encheria que é positivo trocar experiências, trocar situações problemas e todos ali conseguirem soluções comuns a todos, e muitas vezes emperra ou trava nessa questão do individualismo, e do medo de perder aquilo que conquistou e não de agregar, de se reunir né, de uma maneira para achar caminhos novos. Então nesses últimos oito anos, vamos dizer assim, exatamente essa é a cultura que vem sendo quebrada por intermédio de algumas ações da própria Secretaria do Desenvolvimento em parceria aí com o Sindicato, o Sindicato Patronal e das Indústrias. E os empresários começaram a entender e a buscar essas situações de maneira mais gradativa e mais natural né. Por exemplo, a gente tem dentro do projeto aqui da secretaria um programa de apoio com subsídios para a participação em Feiras, ou seja, colocar as empresas, as micro e pequenas empresas de Franca do setor calçadista em empresas, em feiras já de sucesso e de grande repercussão, que pudesse coloca-los num acesso a mercados internos e internacionais de maneira mais eficiente. E que maneira que isso foi feito? Foi construído espaços coletivos no qual existe um nome maior que é Franca, que é o setor, e dentro dele essas pequenas empresas com espaços iguais, mais abertos, mais tranquilos é, é,

para que eles pudessem divulgar e fazer os contatos com esses potenciais clientes né. E tem sido um sucesso né. Foi um caso, inclusive, de chamar a atenção de outros pólos porquê de fato o nosso espaço chamado Espaço Moda Franca e ele tem se destacado em termos de números, de negócios efetivados, em termos de números de visitação, oportunidade, negócio. E quem está lá resebendo subsídio com o parceiro Sebrae também, da Prefeitura e do Sebrae, ele que teria cem por cento daquele custo passa a ter quarenta, passa a ter trinta por cento apenas. Então isso viabiliza alguns que não teriam condições de ir por conta própria né, com seu stand individualizado, fechado e com aquele receio, inclusive, de alguém copiar seu modelo. Agora ele coloca num Stand Coletivo, aberto e ele não.. começa a perceber que aquilo não foi prejudicial, muito pelo contrario, além dele reduzir custos pra participar de uma feira dessa, ele consegue alavancar vendas e muitas vezes sustentar sua empresa por seis meses a dez meses posterior com os contatos efetivados, com as vendas efetivadas a partir daquela feira. Então nós temos aqui a Francal, Couro Moda e depois uma ampliação também significativa que é Zero Grau e a Sic, que acontece em Gramado, ou seja, novas regiões, feiras que estão se destacando, custos menores também é um perfil da própria organizadores, donos de feira que estão entendendo que quanto mais otimizado, quanto menor o custo e mais efetividade de negócio é mais interessante pra essa feira crescer, se fortalecer tanto na atração dos lojistas como na atração de novos expositores industriais. Então pra nós isso foi um exemplo prático de operação, todo mundo junto no mesmo lugar, no mesmo espaço trazendo um resultado efetivo pra cada um individualmente.

Em face do exposto, percebe-se as vantagens que ações específicas das políticas públicas municipais de apoio a esses eventos, dentre outros, com aspectos essenciais da eficiência coletiva trás para os trabalhadores e o município. Schmitz (1997, p. 184) faz a ponderação que:

As instituições públicas podem, entretanto, contribuir para a transformação dos clusters, facilitando ou organizando feiras comerciais. Particularmente onde os clusters estão dormentes, as feiras comerciais podem ter um efeito catalisador: uma vez que alguns produtores tenham recebido novas encomendas, os que não receberam se esforçarão mais; a feira dá novas idéias sobre o que produzir e como produzir; a transparência do processo induz a um sentido de rivalidade entre os produtores locais, no qual os retardatários imitam os líderes, e os líderes têm que procurar inovações adicionais. As feiras comerciais, isto é, a concentração extremada, no tempo e no espaço, de produtores e compradores, podem ter esse efeito propulsor.

Assim, quanto mais elementos estiverem presentes para o trabalhador, a atuação coletiva facilitará a ação conjunta desses no combate a problemas comuns desse setor. Entende-se que uma empresa por ser parte de uma rede de cooperação, pode se complementar uma a outra e seus terceirizados.

Os vínculos sociais, a confiança nas instituições locais, a constituição de um ambiente favorável à inovação e ao empreendedorismo, uma melhor qualidade de vida para todos passam a ocupar enfim um lugar prioritário nas agendas políticas, antes organizadas com base em orientações estritamente econômicas e/ ou setoriais. (URANI, 2006, p. 237).

Mesmo que o processo de reestruturação produtiva venha a se fazer presentes na precarização do trabalho e exploração do trabalhador, há a alternativa de auto-organização desses trabalhadores, vindo a constituir permanentemente uma alternativa. “A chave é iniciar um processo de competição cooperativa. As firmas podem ser competidoras ferozes no mercado de produtos e cooperarem em áreas não competitivas, tais como a provisão de serviços e treinamento.” (SCHMITZ, 1997, p. 184).

3.4 Territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência

Para um adequado estudo desses desdobramentos, é necessário que nos atentemos ao universo das possibilidades do território como polo organizador do trabalho. Cocco et al. (2002, p. 23) chama a atenção para essa questão, argumentando ser importante considerar as relações entre produção e território; das relações entre produção e cidadania; das relações entre os atores produtivos e a emergência do que ele define de empresário coletivo ou empresário político. Sobre esse último, argumenta que: “[...] não se trata de imaginarmos um novo indivíduo que seja ao mesmo tempo produtor e cidadão, pois isso em nada contraria o fordismo. A novidade está no significado público assumido pelas relações sociais de produção.”

Daí a importância de se destacar que o âmbito do desenvolvimento local constitui um espaço de suma importância, pois ele envolve a maioria das atividades produzidas neste setor de produção e é fundamental em termos de geração de emprego e renda para a cidade de Franca, por ser a principal indústria local. Por isso, não pode negar a capacidade dessas indústrias na distribuição de renda, diante da luta contra a precarização do trabalho e exploração do trabalhador. E se faz necessário acompanhar os esforços (e se existem), do ajuste de políticas específicas de desenvolvimento produtivo no âmbito territorial, de maneira que possa se adequar aos desafios atuais, no contexto da reestruturação do capital crescente, visto que:

[...] a geração e a distribuição da riqueza nos espaços nacionais e subnacionais dependem das políticas e institucionalidades territoriais específicas dos diferentes atores sociais, que a partir de iniciativas locais conseguem articular em termos de fomento econômico endógeno, a fim de alcançar os níveis de eficiência produtiva e competitividade adequados e,

com isso, contribuir para maior difusão do crescimento econômico e geração de emprego.

Entretanto, e isso é decisivo, a concretização de tais possibilidades depende, de forma determinante, do esforço e da estratégia nacional e local de desenvolvimento existentes, isto é, do grau que se consegue assegurar à difusão das inovações tecnológicas e organizacionais no seio do tecido produtivo e empresarial nacional e local. (LLORENS, 1999, p. 21-22).

Nesse sentido, cada território tem suas especificidades e singularidades, diferentes em cada região, circunstâncias e localização de cada economia, o que engendra formulação de estratégias para enfrentar tais desafios a partir da especificidade de cada local, com seus problemas, singularidades e potencialidades.

Deste modo, a adoção de novas formas de atividade econômica depende, em certa medida, de habilidades, educação e capacidade de adaptação dos empresários e trabalhadores de um território (denominado capital humano); por outro lado, a difusão de novas ideias e métodos de trabalho pode depender da existência e características das redes de relações entre empresários e fontes de informações (clientes e provedores em outros territórios, instituições e agências de investigação e desenvolvimento, etc.). A capacidade de adaptação pode mostrar também favorecida ou dificultada em função da eficácia das relações entre a comunidade local (capital social) e por características do entorno administrativo e de tomada de decisões (governo). (NOGUEIRA TUR; ESPARCIA PÉREZ, 2008, p. 22, tradução nossa).

Igualmente, a eficácia de fomento econômico local a partir de políticas públicas apropriadas aos sistemas locais das empresas que requerem institucionalidade específica às suas características territoriais, a fim de abranger toda diferenciação e potencialidades das indústrias calçadistas e, desse modo, definir políticas mais apropriadas nos distintos níveis do desenvolvimento econômico desse setor produtivo.

O importante é, sobretudo, promover a iniciativa de desenvolvimento local endógeno e de geração de emprego produtivo para enfrentar, precisamente, a pobreza e a marginalização de forma mais sustentável e consistente, não somente assistencialmente. Para isso, é indispensável uma atuação dos governos territoriais locais e regionais como catalisadores e animadores na criação do “entorno inovador” institucional, social, econômico, político e cultural que impulse o desenvolvimento do potencial empresarial e produtivo territoriais. (LLORENS, 1999, p. 25).

Assim, é inevitável a melhoria de eficiência produtiva e a competitividade mediante o trabalho solidário na própria base produtiva local, que proporcione novas ideias, maiores recursos e competências à indústria local, facilitando as

necessárias alianças e a articulação das indústrias calçadistas e trabalhadores terceirizados para o desenvolvimento local, geração de renda e emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como se podem buscar objetivos de longo prazo, numa sociedade de curto prazo? Como se podem manter relações sociais duráveis? Como pode um ser humano desenvolver uma narrativa de identidade e história de vida, numa sociedade composta de episódios e fragmentos? As condições da nova economia alimentam, ao contrário, a experiência, como a deriva no tempo, de lugar em lugar, de emprego em emprego.
(Richard Sennet - A corrosão do Caráter)

Com a reestruturação produtiva, as indústrias objetivaram a redução dos gastos, assim como a diminuição do número de trabalhadores, implicando na transferência de parte da produção para os domicílios e para as bancas, onde, na maior parte são montadas pelos ex-trabalhadores que foram demitidos. Isso fez com que os trabalhadores saíssem de dentro das fábricas, indo para as bancas desempenharem atividades em condições precárias e sem proteção social.

O trabalho informal, no setor calçadista de Franca, sempre esteve presente no trabalho domiciliar e nas bancas, mas na última década aumentou em considerável proporção, com o processo de terceirização.

Perante o processo de terceirização em Franca-SP, muitas indagações e reflexões foram feitas, assim como respostas foram buscadas pela classe trabalhadora ao longo de sua história de lutas, reivindicações e mobilização da categoria diante da tarefa de combate ao trabalho precarizado nos domicílios e nas bancas. Dessa maneira, esta categoria dos sapateiros foi penalizada duramente na reprodução da vida cotidiana, aprofundando sobremaneira a lógica de reprodução do capital local.

Na pesquisa pudemos apurar que na transferência da produção do interior da indústria para os domicílios e as bancas surge e intensifica o trabalho informal. O trabalhador na indústria calçadista vive, por um lado, a angústia da redução de empregos dentro das fábricas, e, de outro, o aumento vertiginoso das bancas sem registro em carteira, inconstante e de baixa remuneração.

Nas visitas, observamos que as condições de trabalho nas bancas não são apropriadas, haja vista que os trabalhadores não utilizam equipamentos próprios ao desempenho do serviço, nem ao seu bem-estar no trabalho, pois são realizados no quintal, quartos, garagens, assim como em outros cômodos da casa.

Na contemporaneidade, quem se encontra nessas categorias são os trabalhadores informais, que tem uma remuneração abaixo do salário normal e sofre com as formas de trabalho desregulamentadas e precarizadas. O setor calçadista de Franca expõe esta situação em parte dos domicílios e nas bancas. Pois, diante das

dificuldades enfrentadas, fazem os trabalhadores aceitarem qualquer meio de sobrevivência, ou seja, os trabalhos na informalidade. Essa relação é muito vantajosa para os empresários, pois, no repasse dos serviços para as bancas, eles não têm responsabilidade com espaço físico, com gastos de maquinário e insumos, e reduzem os custos com encargos sociais e trabalhistas, pois estes gastos ficam sob a responsabilidade do banqueiro.

Conforme foi explanado acima, tais características não devem ser analisadas somente pelo lado da precarização, desconsiderando o potencial desses pequenos produtores, destacando somente a vitimização desses atores sociais envolvidos. Há que se pensar, igualmente, nas necessárias alianças e a articulação de atores territoriais para o desenvolvimento econômico local e geração de emprego e renda.

Frente à conjuntura de crise no mundo do trabalho concebido historicamente pelo capitalismo, onde predomina o desemprego, o subemprego e a precarização do trabalho, entre outras consequências, surge a Economia Solidária com uma proposta de enfrentamento à crise do emprego, supressão social e econômica, com uma dialética econômica alicerçada em princípios e valores que contrariam a cultura da acumulação, competição e individualismo.

A economia solidária propõe uma atividade econômico-social que tem na territorialidade e no desenvolvimento local seus termos de referência. Na indústria calçadista de Franca, cujo fator de cooperação é frágil, a hipótese da economia solidária emana da perspectiva de interação entre pequenas indústrias/trabalhadores terceirizados – contexto que projeta o fortalecimento de relações democráticas capazes de promover e fazer avançar novas regras e direitos. Permite a esses trabalhadores articular com cooperação os diversos elos da cadeia produtiva, em redes de desenvolvimentos que se complementam e se apoiam. A economia solidária é portadora de elementos de força social para enfrentamento da lógica destrutiva do capital.

Com efeito, a terceirização não é transitória e, por sua vez, é objeto de enfrentamento no conflito das classes sociais, condição que reitera a importância dessa pesquisa enquanto assistente social. Pois, historicamente, a atuação do Serviço Social se mostra atrelada à crítica à conformação estrutural e conjuntural da sociedade capitalista – expressa no cotidiano desse profissional através de situações vivenciadas pelos trabalhadores: na privação de suas necessidades

básicas, no desemprego e na precarização das relações de trabalho. O Serviço Social, após anuir na intenção de ruptura com a visão conservadora, transformou-se em uma profissão com postura e visão crítica que questiona as contradições da realidade, buscando através da luta do dia-a-dia meios de obter reconhecimento aos indivíduos direitos que por vezes são negados.

Com esse viés analítico, busca-se, de fato, uma tentativa de cooperativismo mais autêntico na indústria do calçado, vista na pesquisa como uma ideação, “um vir a ser” com efetivo efeito prático. Aliar o desenvolvimento da indústria calçadista de Franca à economia solidária permite não perder o horizonte, não deixar de adotar a utopia da superação dessa sociedade capitalista de competitividade desigual e injusta. É assim que versa a economia solidária, pois, mesmo com suas restrições ela nutre a utopia e permite pensar o futuro.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C.; CABRAL, M. S. R. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 3-10, jan./mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n1/v17n1a01.pdf>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

ALMEIDA, C. Crise econômica, crise do Welfare State e a reforma sanitária. In: GERSCHMAN, S.; VIANNA, M. L. W. (Org.). **A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.

ANDERSON, P. **As origens da pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILE, P. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R.; POCHMANN, M. A desconstrução do trabalho e a explosão do desemprego estrutural e da pobreza no Brasil. In: CIMADAMORE, A. D.; CATTANI, A. D. (Org.). **Produção de pobreza e desigualdade na América Latina**. Tradução de Ernani Ssó. Porto Alegre: Tomo : Clacso, 2007. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/cattapt/cattapt.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

_____. **Adeus ao trabalho?:** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARROYO, J. C. T. **Economia popular e solidária:** a alavanca para um desenvolvimento sustentável e solidário. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006. (Brasil urgente).

BARBOSA, A. S. **Atuação pública e eficiência coletiva em arranjos produtivos locais:** o caso do Pólo Industrial de Franca-SP. Relatório de pesquisa apresentado como requisito parcial do Relatório Final de estágio Probatório Docente. Franca, 2013. (separata).

_____. **Empresariado fabril e desenvolvimento econômico:** empreendedores, ideologia e capital na indústria do calçado. (Franca, 1920-1990). São Paulo: Hucitec : FAPESP, 2006.

BARBOSA, R. N. C. **A economia solidária como política pública:** uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.

BATISTA, K. M.; BIANCHI, E. R. F. Estresse do enfermeiro em unidade de emergência. **Revista Latino-americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 4, p. 534-539, jul./ago. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n4/v14n4a10.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

BAUMAN, Z. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BERNARDO, J. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.

CAMPREGHER, G. Das novas possibilidades do trabalho coletivo. **Economia**, Niterói, v. 5, n. 1, p. 123-159, jan./jun. 2004.

CANOAS, J. W. **Nas pegadas do sapateiro**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS : Prefeitura Municipal, 1993.

CASTEL, R. **As metamorfoses as questão social: uma crônica do salário**. 11. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

CASTLES, S. Estudar as transformações sociais. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 40, p. 123-148, set. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n40/n40a07.pdf>>. Acesso em: abr. 2016.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura**. Atualização para 6ª edição de Jussara Simões. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

COCCO, G. Mobilizar os territórios produtivos: para além do capital social, a constituição do comum. In: SILVA, G.; COCCO, G. (Org.). **Territórios produtivos: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local**. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006.

_____. et al. Desenvolvimento local e espaço público na Terceira Itália: questões para a realidade brasileira. In: _____.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Org.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

_____.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. (Org.) **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

COSTA, A. Competitividade da indústria de calçados: nota técnica setorial do complexo têxtil. In: COUTINHO, L. G. et al. (Coord.). **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas, SP: FECAMP : MCT : FINEP : PADCT, 1993. Disponível em: <www.mct.gov.br/publi/Compet/Default.htm>. Acesso em: 16 mar. 2016.

DELGADO, M. G.; PORTO, L. V. (Org.). **O Estado de bem-estar social no século XXI**. São Paulo: LTr, 2007.

ENGLER, H. B. R.; SILVA, C. A. Reestruturação produtiva: as mudanças nas relações de trabalho nas indústrias de calçados em Franca/SP. **Estudos do Trabalho**, Franca, ano 2, n. 3, p. 1-24, 2008. Disponível em: <<http://www.estudosdotrabalho.org/ArtigoCintiaSilvia.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2015.

FARIA, C. A. P. Uma genealogia das teorias e tipologias do estado de bem-estar social. In: DELGADO, M. G.; PORTO, L. V. (Org.). **O Estado de bem-estar social no século XXI**. São Paulo: LTr, 2007.

GERSCHMAN, S.; VIANNA, M. L. W. (Org.). **A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.

_____. Democracia, políticas sociais e globalização: relações em revisão. In: _____.; VIANNA, M. L. W. (Org.). **A miragem da pós-modernidade: democracia e políticas sociais no contexto da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.

GOERCK, C. Serviço Social e experiências de economia popular solidária: um novo espaço de trabalho aos assistentes sociais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, ano 5, n. 5, p. 1-14, nov. 2006.

GORINI, A. P. F. et al. **A indústria calçadista de Franca: Área de Operações Industriais 1-AO1**. Brasília, DF: BNDES, 2000. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/relato>>. Acesso em: 5 mar. 2016.

GORZ, A. **O imaterial: conhecimento valor e capital**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Adeus ao proletariado: para além do socialismo**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GOUNET, T. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

GUIMARÃES, M. I. N. **Sindicalismo e atitudes operárias: Franca – 1982 – 2000**. 2001. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2001.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1989.

_____. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOGGART, R. **As utilizações da cultura**. Lisboa: Presença, 1973.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. 22. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: LTC, 2010.

IBGE. **Canais:** Cidades@: Franca. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=351620&search=>>> Acesso em: abr. 2016.

ICAZA, A. M. S. Solidariedade, autogestão e cidadania: mapeando a economia solidária no Rio Grande do Sul. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

LARA, R. **As determinações do trabalho invisível**. 2005. 215 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2005.

_____. **As determinações e manifestações do trabalho precário**. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2003.

LLORENS, F. A. **Desenvolvimento econômico local:** caminhos e desafios para a construção de uma nova agenda política. Rio de Janeiro: BNDES, 1999.

LOURENÇO, E. A. S. Alienação no trabalho, saúde e envelhecimento dos sapateiros em Franca/SP. In: SEMINÁRIO DE SAÚDE DO TRABALHADOR, 8.; SEMINÁRIO “O TRABALHO EM DEBATE”, 6., 2012, Franca. **Proceedings**. Franca: UNESP : USP : STICF : CNTI : UFSC, 2012. p. 1-21. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/sst/n8/27.pdf>> Acesso em: 5 jan. 2016.

_____.; BERTANI, I. F. Reestruturação produtiva no setor calçadista de Franca/SP: o caso das bancas. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 3., 2008, Londrina. **Anais...** Londrina: Ed. UEL, 2008. p. 1-12. Disponível em <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/edvania.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2015.

MACHADO, A.; MACHADO, A. L. Maximização dos resultados de uma indústria calçadista produtora de calçado social masculino em couro, localizada na cidade de Franca-SP. In: FGV.

Os mais relevantes projetos de conclusão dos cursos MBAs 2012 / FGV Management. Santo André: Strong Consultoria Empresarial, 2013. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/17616/5_Maximizacao_dos_resultados.pdf?sequence=1>. Acesso em: nov. 2015.

MARCELINO, P. R. P.; CAVALCANTE, S. **Por uma definição de terceirização**. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 331-346, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v25n65/v25n65a10.pdf>>. Acesso em: set. 2015.

_____. **A logística da precarização**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MARTINS, M. E. A. A. H. **O impacto das atuais transformações econômicas para os trabalhadores da indústria calçadista de Franca-SP**. 1999. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Franca. 1999.

MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: _____.; _____. **Cartas filosóficas e outros escritos**. São Paulo: Grijalbo, 1977.

_____. **O capital**: crítica da economia política. 19. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. L.1. v 1-2.

_____. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

MARX, K. Trabalho alienado e a superação positiva da auto-alienação humana. In: FERNANDES, F. (Org.). **Marx & Engels**: história. São Paulo: Ática, 1989. (Grandes cientistas sociais, v. 36).

_____. **O capital**: crítica da economia política. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. v. 1.

MASUZAKI, T. I.; CARVALHAL, M. D. Reestruturação produtiva e a precarização do trabalho nas indústrias alimentícias de Marechal Cândido Rondon: agravos à saúde dos trabalhadores. In: JORNADO DO TRABALHO, 10., Presidente Prudente. **Anais....** Presidente Prudente: Ed. Unesp : Ceget, 2009. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/D43.pdf>>. Acesso em: 18 dez. 2015.

MENDES, R. C. L. O. **O social e ambiental na lógica do capitalismo**. Franca: Ed. UNESP, 2009.

MERRIEN, F. X. O novo regime econômico internacional e o futuro dos estados de bem-estar social. In: DELGADO, M. G.; PORTO, L. V. (Org.). **O Estado de bem-estar social no século XXI**. São Paulo: LTr, 2007.

MÈSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Boitempo, 2011. (Mundo do trabalho).

NASCIMENTO, A. M. **Compêndio de direito sindical**. São Paulo: LTr, 2005.

NAVARRO, V. L. **Trabalho e trabalhadores do calçado**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. **A produção de calçados de couro em Franca (SP)**: a reestruturação produtiva e seus impactos sobre o trabalho. 1998. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 1998.

NUNES, C. G. F. Introdução à economia solidária no Distrito Federal. In: GAIGER, L. I. (Org.). **Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

OFFE, C. **Trabalho & sociedade**: problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989. v.1.

_____. **Problemas estruturais do Estado capitalista**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PAULO NETTO, J. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 1994.

PICCININI, V. C. Mudanças na indústria calçadista brasileira: novas tecnologias e globalização do mercado. **Read**: Revista Eletrônica de Administração, v. 1, n. 1, p. 1-30, set./out. 1995. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19401/000300521.pdf?sequence=1&locale-attribute=pt_BR>. Acesso em: 4 dez. 2015.

PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 3., 2003, São Paulo. **Carta de Princípios da Economia Solidária**. São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://fepoliticaetrabalho.blogspot.com.br/2014/08/carta-de-principios-da-economia.html>>. Acesso em: mar. 2016.

RIBEIRO, H. P. **A violência do trabalho no capitalismo**: o caso dos membros superiores pelo esforço repetitivo em trabalhadores bancários. 1997. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. **A violência oculta do trabalho**: as lesões por esforço repetitivo. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

RINALDI, D. M. **O façonismo em Franca**. Franca: Ed. UNESP, 1987. (História: Ensaio).

RÜDIGER, D. S. **Tendências do direito do trabalho para o século XXI**. São Paulo: LTr, 1999.

SABEL, C.; PIORE, M. **The second industrial divide**: possibilities for prosperity. New York: Basic Books, 1984.

SCHMITZ, H. "Eficiência Coletiva: caminho de crescimento para a indústria de pequeno porte: **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 164-200, 1997.

SENGENGER, W.; PIKE, F. Distritos industriais e recuperação econômica local: questões de pesquisa e de política. In: COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. (Org.). **Empresários e empregos nos novos territórios produtivos**: o caso da terceira Itália. 2 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

SILVA, G.; COCCO, G. (Org.). **Territórios produtivos**: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006.

SILVEIRA, A. M. A inderteminação de Senior. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 11, n. 4, p. 70-88, out. dez. 1991.

SINGER, P. Economia solidária: Entrevista com Paul Singer. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, n. 62, p. 289-314, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n62/a20v2262.pdf>>. Acesso em: jan. 2016.

SINGER, P. **A economia solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, P. Economia Solidária: possibilidades e desafios. **Proposta**, Rio de Janeiro, ano 30, n. 88/89, p.15-23, mar./ago. 2001.

SMITH, A. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOUZA, S. F. **Na esteira do conflito**: trabalhadores e trabalho na produção de calçados de Franca (1970-80). Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2003.

NOGUEIRA TUR, J. ; ESPARCIA PÉREZ, J.. **Nuevos factores de desarrollo territorial**. Valência: PUV. 2008.

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS DE FRANCA. Franca, 2016.
Disponível em: <www.sindifranca.org.br>. Acesso em: mar. 2016.

URANI, A. et al. Territórios produtivos e desenvolvimento local: um desafio para o Brasil. In: SILVA, G.; COCCO, G. (Org.). **Territórios produtivos**: oportunidades e desafios para o desenvolvimento local. Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: SEBRAE, 2006.

VIANNA, M. L. W. Política versus Economia: notas (menos pessimistas) sobre globalização e estado de bem-estar. In: GERSCHMAN, S.; VIANNA, M. L. W. (Org.). **A miragem da pós-modernidade**: democracia e políticas sociais no contexto da globalização. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 1997.

APÊNDICES

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO 1

O questionário abaixo integra a pesquisa **“Relações de produção e possibilidades de organização do trabalho coletivo no polo calçadista de Franca S/P”**, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP – Campus de Franca, como requisito parcial ao exame Geral de Defesa em Mestrado no Programa de Pós-Graduação – Serviço Social. Área de Concentração Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

O presente questionário será respondido pelo vereador Claudinei da Rocha

Dados pessoais:

Idade: _____ anos

Estado civil: _____

Filhos: _____

Grau de escolaridade: _____

Profissão: _____

Tempo de vereador: _____

1. Qual sua principal propositura enquanto vereador para o desenvolvimento do município de Franca/SP?
2. Qual sua interpretação do segmento calçadista de Franca?
3. Como você observa o processo que a reestruturação produtiva do capital impacta nas indústrias de calçados de Franca?

4. Qual o seu conhecimento a respeito dos trabalhadores terceirizados (conhecidos como bancas)?
5. Você tem conhecimento se há apoio governamental na agenda das políticas públicas do governo local para o desenvolvimento da realidade em questão?
6. Qual sua proposta para este ramo de produção?
7. Você tem 2 projetos aprovados na Câmara sobre esta temática que são: a criação da Associação das Bancas de Pesponto e a Incubadora de Bancas de Pesponto, implantada no Parque de Exposições Fernando Costa?
8. Quais os fatores positivos e negativos encontrados?
9. Já obteve resultado positivo desse projeto? Quais?
10. É possível organização e potencialização do trabalho coletivo (solidário) no segmento calçadista?
() sim () não
- Em caso positivo, por que? _____
- Em caso negativo, por que? _____
11. É possível a criação de redes de cooperação, fazendo a interligação dos trabalhadores terceirizados, com as indústrias de calçados, os sindicatos, o governo local e instituições?
12. Há alguma pergunta que não foi feita e que gostaria de esclarecer?

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO 2

O questionário abaixo integra a pesquisa **“Relações de produção e possibilidades de organização do trabalho coletivo no polo calçadista de Franca S/P”**, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP – Campus de Franca, como requisito parcial ao exame Geral de Defesa em Mestrado no Programa de Pós-Graduação – Serviço Social. Área de Concentração Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

O presente questionário será respondido por Deyvid Alves da Silveira (Diretor de Indústria, Comércio e Serviços). Espera-se contar com a sinceridade nas respostas.

Dados pessoais:

Idade: _____ anos

Estado civil: _____

Filhos: _____

Grau de escolaridade: _____

Profissão: _____

Tempo como diretor de Indústria, Comércio e Serviços da Prefeitura de Franca: _____

1. Qual sua principal propositura enquanto diretor para o município de Franca/SP?
2. Qual sua interpretação do segmento calçadista de Franca?
3. Como você observa o processo que a reestruturação produtiva do capital impacta nas indústrias de calçados de Franca?

4. Faça uma análise dos microempresários calçadistas de Franca e os trabalhadores terceirizados (conhecido como banca) desse ramo de produção.
5. Há apoio governamental na agenda das políticas públicas de desenvolvimento local na realidade em questão?
6. Quais as políticas públicas e ações do governo local para os microempresários e terceirizados?
7. Há implementação de políticas industriais que auxilie os microempresários e terceirizados no enfrentamento dos desafios inerentes a reestruturação produtiva?
8. Há contato do governo local com os microempresários para cooperação na elaboração de políticas voltadas para a melhoria do setor ou para realização de eventos e feiras?
9. É possível a organização e potencialização do trabalho coletivo (solidário) no segmento calçadista?
() sim () não
 - Em caso positivo, por que? _____
 - Em caso negativo, por que? _____
10. Qual seu entendimento sobre redes de cooperação, fazendo a interligação dos trabalhadores terceirizados, com as indústrias de calçados, os sindicatos, o governo local e instituições?
11. Há alguma questão que não foi feita e que gostaria de esclarecer?

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO 3

O questionário abaixo integra a pesquisa **“Relações de produção e possibilidades de organização do trabalho coletivo no polo calçadista de Franca S/P”**, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP – Campus de Franca, como requisito parcial ao exame Geral de Defesa em Mestrado no Programa de Pós-Graduação – Serviço Social. Área de Concentração Serviço Social: Trabalho e Sociedade. Linha de Pesquisa: Serviço Social: Mundo do Trabalho.

O presente questionário será respondido por trabalhadores terceirizados

Dados pessoais:

Idade: _____ anos

Estado civil: _____

Filhos: _____

Grau de escolaridade: _____

- 1- Há quanto tempo é trabalhador terceirizado?
- 2- Quantas pessoas trabalham com você?
- 3- Há algum grau de parentesco? Se sim, qual?
- 4- Já trabalhou em Indústria Calçadista? Se sim, por quantos anos?
- 5- Porque saiu da Indústria?
- 6- Vantagem e desvantagem de trabalhar em casa?
- 7- Tem contato com outros trabalhadores da Indústria de Calçado que você trabalha?
- 8- Há alguma questão que não foi feita e que gostaria de esclarecer?

APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (1)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: 31/08/81, IDADE: 35

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: RG Nº 33219737-2 SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: Rua Leonísia Garcia Granzo 1161

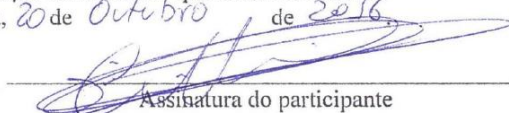
BAIRRO: Rio Elmar CIDADE: Franca ESTADO: SP

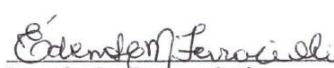
CEP: 14403-297 FONE: 99972-1661

Eu, Deivid Alves da Silveira,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO NO POLO CALÇADISTA DE FRANCA SP.** O projeto de pesquisa será conduzido por **Édina Helena de Moraes Ferracioli**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **Agnaldo de Sousa Barbosa**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A presente pesquisa tem o propósito de analisar o impacto que a reestruturação capitalista acontece nas indústrias de calçados de franca - SP. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, 20 de Outubro de 2016.


Assinatura do participante

 (assinatura)

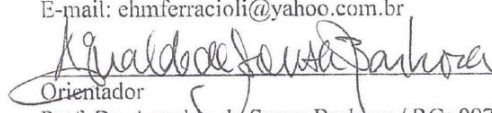
Pesquisador Responsável

Nome: Édina Helena de Moraes Ferracioli

Endereço: Av. Primo Meneghetti, 530, Jd. Paulistano 2

Tel: (016) 37252484

E-mail: ehmFerracioli@yahoo.com.br

 (assinatura)
Orientador

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa / RG: 097.580.718-82

Endereço: Rua Francisca Ranux Elias, 2831, Prolongamento Jardim Angela Rosa, Franca - SP

Tel: (16) 98149 - 2526

E-mail: agnaldoweb@gmail.com

APÊNDICE E - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (2)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE:

DATA DE NASCIMENTO: 01/01/68 IDADE: 48DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: RG Nº 17729925 SEXO: M (X) F ()ENDEREÇO: R. Ilvane Ramalho Pereira 1965BAIRRO: Ardo posto 3 CIDADE: Franca ESTADO: SPCEP: 14404264 FONE: 3701 7022Eu, CLAUDINEI DA ROCHA CORDEIRO,

declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO COLETIVO NO POLO CALÇADISTA DE FRANCA SP**. O projeto de pesquisa será conduzido por **Édina Helena de Moraes Ferracioli**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pelo Prof (a). Dr(a) **Agnaldo de Sousa Barbosa**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A presente pesquisa tem o propósito de analisar o impacto que a reestruturação capitalista acontece nas indústrias de calçados de franca - SP. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, 20 de Outubro de 2014

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Édina Helena de Moraes Ferracioli

Endereço: Av. Primo Meneghetti, 530, Jd. Paulistano 2

Tel: (016) 37252484

E-mail: ehunferracioli@yahoo.com.br

(assinatura)

Orientador

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa / RG: 097.580.718-82

Endereço: Rua Francisca Ranux Elias, 2831, Prolongamento Jardim Angela Rosa, Franca - SP

Tel: (16) 98149 - 2526

E-mail: agnaldoweb@gmail.com